

Resumo História do Brasil (Boris Fausto) por Rafael Ávila

A Primeira República (1889-1930)

Os 15 anos após o 15 de Novembro foram de grande incerteza. Os representantes políticos das províncias mais importantes (SP, MG e RS) desejavam uma República Federativa, que asseguraria um certo grau de autonomia às unidades regionais. O PRP (SP) e os mineiros sustentavam o modelo liberal; os republicanos gaúchos eram positivistas.

Deodoro da Fonseca se tornou chefe do governo provisório e algumas dezenas de oficiais foram eleitos para o Congresso Constituinte. Havia rivalidades entre exército [artífice do novo regime] e a marinha [vista como ligada à Monarquia]. Em torno de Deodoro estavam os tarimbeiros [veteranos da Guerra do Paraguai]. Estes últimos não estavam ligados às idéias positivistas e acreditavam que o exército deveria ter um papel maior do que daquele desempenhado no Império.

Partidários de Floriano Peixoto eram jovens oficiais que tinham freqüentado a escola militar. Por isso, eram positivistas. Para eles, a República deveria ter ordem e progresso, ou seja, a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria e da expansão das comunicações. Porém, positivistas ou não, todos os militares posicionavam-se como adversários, ou seja, contra a autonomia provincial e com um executivo forte.

No plano internacional, Argentina e EUA saudaram a República brasileira. Houve, neste período, um deslocamento de eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington, especialmente com o Barão do Rio Branco [1902-1912]. Depois de um tempo, e passada a euforia Brasil-Argentina, os dois passaram a competir, especialmente na esfera comercial e de equipamento militar. O Brasil tratou de captar as simpatias de nações menores, como Uruguai e Paraguai, e de aproximar-se do Chile. Tudo isso para bloquear a influência Argentina. Rio Branco tentou, sem êxito, implantar o acordo do ABC [Argentina, Brasil e Chile]. O Brasil entrou em choque com a Bolívia pela questão do Acre, subitamente valorizado pela questão da borracha. A solução foi dada pelo Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual a Bolívia reconheceu a soberania brasileira na região em troca de 2,5 milhões de libras esterlinas.

A Primeira Constituição Republicana

O texto constitucional foi promulgado em 24 de fevereiro de 1824. A chave da autonomia dos Estados estava presente no artigo 65 dessa nova constituição. Os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior [o que foi vital para que o governo paulista colocasse em prática os planos de valorização do café] e organizar forças militares próprias. Além disso, deu aos Estados exportadores a possibilidade de decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias. A organização da justiça também era atribuição dos Estados. A União, por sua vez, ficou com os impostos de importação, com os direitos de criar bancos emissores de moeda e de organizar as forças armadas nacionais, podendo inclusive intervir nos Estados para restabelecer a ordem e para manter a forma republicana federativa.

A constituição estabeleceu três poderes e o presidente seria eleito para um mandato de quatro anos. Constituiu-se a câmara dos deputados (eleitos em cada Estado, proporcional ao número de seus habitantes, por três anos) e dos senadores, estes últimos não mais vitalícios (mandato de nove anos, três por Estado). Para proceder às eleições, fixou-se o sistema do voto direto e universal (não mais por censo econômico). Eleitores eram cidadãos com mais de 21 anos (excluía-se analfabetos, mendigos e praças militares e, claro, as mulheres).

O texto constitucional consagrou o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Extinguiu a pena de morte. Estado e Igreja se tornariam instituições separadas. Os cemitérios passaram à administração municipal, além de sair da igreja o registro civil para nascimento e morte (1893). Separar estado de Igreja era uma das medidas para integrar imigrantes ao Brasil. Outra medida foi a Grande Naturalização.

O Encilhamento

Os primeiros anos da República foram da febre pelos negócios e especulação financeira conhecida como Encilhamento. O problema era a falta de meio circulante na economia. Rui Barbosa, ministro da fazenda, tentou resolver isso expandindo o crédito. Em 1891 veio uma forte crise (derrubada dos preços das ações, falência de estabelecimento bancários e empresas) que levou à desvalorização monetária. Com isso, o custo de vida ficou cada vez mais alto.

Neste ínterim, Deodoro assume a presidência e junto com o Barão de Lucena (tradicional político monárquico) tentaram reforçar o Poder Executivo. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, prometendo novas eleições e uma revisão constitucional. Ele queria unidade da magistratura (fim da autonomia em termos de justiça dos Estados) e a igualdade na representação dos Estados na Câmara (anulando assim o peso dos grandes Estados).

Em 23 de novembro de 1891, Deodoro renunciou. Subiu ao poder Floriano. Este, pensava em construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no Exército e na mocidade das escolas civis e militares. Isso chocava diretamente com a chamada “República dos Fazendeiros” (liberal e descentralizada). Porém, assumindo o poder, Floriano fez um acordo com o PRP. Foi um acordo que garantia a governabilidade à Floriano.

Revolução Federalista

A Revolução Federalista opôs os adeptos ao positivismo (PRR) e os liberais (posteriormente representados pelo Partido federalista – os maragatos –, cuja maioria era de estanceiros). Este último defendia a revogação da constituição estadual positivista do RS e a instauração de um governo parlamentar. A Guerra Civil entre estes dois grupos começou em 1893 e só terminou dois anos e meio depois, no governo de Prudente de Moraes. O ponto alto da guerra foi quando os federalistas se juntaram aos da Revolta Armada. Com forças unidas, os revoltosos invadiram o Paraná e tomaram Curitiba. Posteriormente tiveram que recuar ao RS e se render. Prudente de Moraes desde o início se posicionou à favor do PRR.

Prudente de Moraes

Prudente de Moraes foi eleito presidente em março de 1894 e representou o fim dos militares no governo (excetuando Hermes da Fonseca – 1910-1914). Enfrentou uma aguda oposição, já existente à época de Floriano, entre a elite políticas dos grandes Estados e o republicanismo jacobino (membros da classe média baixa, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más condições de vida), concentrado no RJ.

Canudos

1893, Arraial de Canudos, 20-30 mil sob o comando de Antônio Conselheiro. A pregação de conselheiro concorria com a da Igreja. Um episódio sem muita significação levou o governo baiano a se posicionar contra o povo de Canudos que apanhou. Duas outras expedições também apanharam. A rebeldia de Canudos levou a protestos em outros locais como, por exemplo, no RJ. Uma expedição (8 mil homens) sob o comando do Gal. Arthur Oscar arrasou o arraial em agosto de 1897.

Campos Sales (outro paulista – 1898-1902).

Campos Sales concebeu um arranjo conhecido como política dos governadores. Dava prestígio aos grupos mais fortes em cada Estado. Seus objetivos podem ser resumidos em: reduzir as disputas políticas no âmbito dos Estados; chegar a um acordo entre Estados e a União; harmonizar as relações entre legislativo e executivo (domesticando a escolha dos deputados).

Os Problemas Financeiros

O governo republicano herdara do Império uma dívida externa alta. Este quadro tendeu a se agravar com o aumento do déficit público (muitas despesas foram com operações militares). O apelo ao crédito externo foi utilizado o que piorou a dívida. A ampliação da oferta de café fez com os preços declinassem. Deste modo, diminuiu-se a entrada de divisas. O governo tentou várias vezes negociar a dívida. Ao final do governo Campos Sales, assinou-se o *funding loan* (fundamentalmente era um novo empréstimo com emissão de novos títulos). Evitava-se assim desembolsar dinheiro. Houve ainda a suspensão das amortizações por três anos. Em contrapartida, o governo aceitou um duro programa de deflação, inclusive com queima de papel moeda.

Características Políticas da Primeira República (“República Oligárquica”, República dos “Coronéis”, República do Café com Leite)

Oligarquia significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família. A questão é que aqui o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República. Em SP, a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do tempo, também à indústria.

O PRR impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de entancieiros e imigrantes em ascensão. A oligarquia mineira também não obedeceu aos cafeicultores ou aos criadores de gado. Os mineiros criaram uma máquina de políticos profissionais.

A porcentagem de votantes no período oscilou entre 1,4% (Eleição de Afonso Pena) da população e 5,7% (Júlio Prestes). O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos. Como se isso não bastasse, havia a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros.

Os Coronéis (da antiga guarda nacional – proprietários rurais com base local de poder)

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público. Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. O coronel controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados. Seria errôneo porém pensar que os “coronéis” dominaram a cena política na Primeira República. Os “coronéis” dependiam de outras instâncias para manter seu poder. Entre essas instâncias destacava-se, nos grandes estados, o governo estadual. Os “coronéis” forneciam votos aos chefes políticos do respectivo Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores.

Na Bahia, por exemplo, um desacerto entre políticos e coronéis do sertão levou à Insurreição dos Coronéis em 1920. Eles derrotaram, em vários combates, as forças estaduais e ameaçaram entrar em Salvador. O árbitro da disputa foi o próprio presidente da República. No caso do RS, os coronéis de lá eram “burocratas”, ou seja, eram obedientes às ordens de cima (no caso do governo do Estado).

Relações entre a União e os Estados SP e os Planos Valorizadores

Sem pretender esfacelar o governo federal, SP tratou de assegurar sua autonomia, garantida pelas rendas de uma economia em expansão e por uma poderosa Força Pública. Mas os paulistas dependiam do governo. Para ficar no exemplo mais relevante, cabia à União o papel fundamental de definir a política monetária e cambial. Na esfera federal, os políticos paulistas concentraram-se nesses assuntos e nas iniciativas para obter o apoio do governo federal aos planos de valorização do café.

A partir da década de 1890, a produção cafeeira de SP cresceu enormemente e isso se agregou à dois problemas: 1) excesso de oferta; 2) moeda nacional valorizada. Para garantir a renda da cafeicultura, o governo estadual elaborou alguns planos de intervenção no mercado do produto. Em 1906, fez-se o Convênio de Taubaté (negociação de um empréstimo para custear a intervenção no mercado; criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo valorização da moeda brasileira). Muitos foram contra de modo que SP passou a agir por conta própria. Ainda sim, SP teve que recorrer ao governo federal. Em 1908, Afonso Pena pediu autorização ao congresso para um empréstimo de 15 milhões de libras para SP. O empréstimo foi aprovado e SP o pagou integralmente até 1913. Em 1924, Artur Bernardes abandonou definitivamente a política de intervenção federal para a questão do café e SP assumiu integralmente.

Minas Gerais e a União (mineiros como políticos profissionais)

O Rio Grande do Sul e a União

Entre 1894 e 1910, os gaúchos – assim como a cúpula do exército – estiveram quase ausentes da administração federal. Aí reapareceram quando da eleição do marechal Hermes da Fonseca. De fato, a maioria dos militares do período eram gaúchos. Por motivos ideológicos e de interesses, o PRP defendeu uma política conservadora de gastos do governo federal e a estabilização dos preços. A inflação criaria problemas para o mercado do “charque”.

O Nordeste

Entre 1896 e 1911, Pernambuco exerceu um papel de liderança no Nordeste, sob o comando de Francisco Rosa e Silva. O problema do nordeste é que os Estados competiam entre si mais do que se uniam.

Café com Leite

Entre 1894 e 1902, foram eleitos seguidamente três presidentes paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Um fator muito importante nesse sentido foi o fato de que a grande maioria da elite paulista abandonou, rapidamente, suas antigas divergências e cerrou fileiras em torno do PRP.

1906 – Afonso Pena

Um acordo entre SP e MG perdurou de 1898, com a eleição de Campos Sales, até 1909. Nesse ano, abriu-se a dissidência entre os dois Estados, que facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente dos gaúchos à cena política nacional. O Marechal Hermes da Fonseca, saiu candidato com apoio do RS, MG e dos militares. São Paulo lançou, com apoio da BA, Rui Barbosa.

Rui tentou atrair o voto da classe média urbana, defendendo os princípios democráticos e o voto secreto. Sua campanha se apresentou como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. Venceu Hermes.

Um pacto não escrito foi concluído em 1913 em Ouro Fino pelo qual mineiros e paulistas tratariam de se revezar na presidência da República. No plano do ajuste com o objetivo de indicar o candidato a presidente, SP e MG só tiveram um breve problema quando Rodrigues Alves, novamente eleito em 1918, faleceu sem chegar a tomar posse. Epitácio Pessoa, da Paraíba, assumiu. Quem rompeu o pacto foi SP quando ao invés de indicar um mineiro, em 1930, Washington Luís indicou Júlio Prestes.

O Estado e a burguesia do Café

A análise dos acordos entre as várias oligarquias nos indica que o Estado – no sentido de poder central – não foi um simples clube dos fazendeiros do café. O estado se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Isso não quer dizer que os negócios do café tivessem importância secundária. Pelo contrário, eles foram o eixo da economia do período.

Apesar de seus limites regionais, a burguesia do café constituiu uma classe articulada, capaz de expressar seus interesses através do PRP e de suas associações de classe. Muitas vezes, mesmo presidentes paulistas se chocavam contra os interesses dos cafeicultores. Ainda, havia o peso dos financiadores externos na política brasileira que prejudicava o café. Os Rothschild, por exemplo, se opuseram ao Convênio de Taubaté, que previa a adoção de medidas tendentes a estabilizar o câmbio brasileiro em níveis mais baixos. Eles temiam o surgimento de problemas no serviço da dívida. Rodrigues Alves aceitou o ponto de vista dos Rothschild, convertendo-se no principal obstáculo da União às iniciativas de SP. Esse apoio foi obtido no governo seguinte, de Afonso Pena (1906-1909).

Houve também a “socialização de perdas”, ou seja, desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeicultura exportadora, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população. Desse modo, as perdas do setor cafeeiro seriam socializadas, isto é, divididas por toda a sociedade.

Principais Mudanças Socioeconômicas – 1890 a 1930

A Imigração

O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Ao lado dele figuram, entre outros, os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. 72% vieram entre 1914 e 1930.

Na década de 1930, só a força de trabalho japonesa entrou significativamente no Brasil. Tanto japoneses quanto italianos vieram pela agricultura, sírios e libaneses vieram como mascates e pequenos comerciantes. A maioria dos imigrantes portugueses acabou se estabelecendo nas cidades mesmo. A ascensão dos imigrantes ocorreu mais nas cidades do que no campo, ainda que entre 1889 e 1930, o Brasil continuasse a ser um país predominantemente agrícola.

O Modelo do Colonato

Os colonos, ou seja, a família de trabalhadores imigrantes, se responsabilizavam pelo trato do cafezal e da colheita, recebendo basicamente dois pagamentos em dinheiro: um anual, pelo trato de tantos mil pés de café, e outro por ocasião da colheita. Este último variava de acordo com o resultado da tarefa, em termos de quantidade colhida. O fazendeiro fornecia moradia e cedia pequenas parcelas de terra, onde os colonos

podiam produzir gêneros alimentícios. O colonato era distinto da parceria porque, entre outras características, não existia divisão de lucros da venda do café. Não constituía também uma forma pura de trabalho assalariado, pois envolvia outros tipos de retribuição.

Houve, nesta época, um aumento da produção de outros gêneros, como arroz, feijão e milho. Posteriormente, foi a vez do crescimento do cultivo do algodão, especialmente em virtude da indústria têxtil.

A Industrialização

No século XIX existiam poucas fábricas e a produção era de baixíssima qualidade. Já a partir de 1889, surgiram algumas, especialmente no RJ. A instalação de fábricas no RJ deveu-se a vários fatores. Aí haviam-se acumulado capitais provenientes de empresas agrícolas ou dos negócios do comércio exterior. Os grandes bancos, cujas sedes estavam localizadas na capital do país, tinham, assim, condições de financiar outras atividades. Além disso, o mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região à sua volta, servida pelas ferrovias. Por último, devemos salientar, no desenvolvimento do Rio, o papel da energia a vapor, antes da introdução da energia elétrica. Ela veio substituir as antigas fábricas movidas à água. O uso de carvão importado para gerar energia a vapor foi facilitado por não depender de um transporte adicional, como era o caso das cidades do interior.

A produção industrial em 1907 era DF (RJ), SP e RS e em 1920 era, em primeiro lugar, SP, depois DF e depois RS. Os ramos da indústria eram têxtil, alimentação e vestuário. Apesar desse relativo avanço na produção industrial, havia profunda carência de uma indústria de base (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos). Desse modo, grande parte do surto industrial dependia de importações. O Estado não ajudou e nem atrapalhou a indústria.

A diversificação econômica e o RS

A atividade econômica do sul era extremamente diversificada e voltada para o mercado interno. Destacava-se a produção de milho, arroz, feijão e fumo, bem como a produção de vinhos. Os primeiros frigoríficos surgiram em 1917. Se na década de 1890 a exportação do RS era predominantemente de charque e couro (57%), em 1927 não passava de 24,5%. Enquanto SP teve como centro de suas atividades a agricultura de exportação, o RS desenvolveu-se quase inteiramente em função do mercado interno.

A Borracha Amazônica

Entre 1898 e 1910, a borracha representou 25,7% das exportações nacionais. Isso se deveu, em grande parte, ao desenvolvimento da bicicleta e do automóvel. A expansão da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para a região foi de cerca de 110 mil pessoas. Belém e Manaus cresceram significativamente. Isso, todavia, não esconde que a vida dos seringueiros continuou miserável. A crise veio avassaladora a partir de 1910 com uma forte queda de preços, cuja razão básica era a concorrência internacional.

Relações Financeiras Internacionais

A maioria dos empréstimos e investimentos continuou a se originar da GB; os EUA mantiveram também sua posição de principal mercado para o mais importante produto brasileiro de exportação – o café. Entretanto, ao longo do tempo, houve uma tendência a um maior relacionamento com os EUA que se tornou mais nítido na década de 1920. Desde a I GM, o valor das importações provenientes daquele país já superara o da GB. Em 1923, o serviço da dívida consumia 22% da receita de exportação, e em 1928, o país já era o campeão da dívida externa.

Os investimentos no império foram com as ferrovias. Já na República, foram com seguros, empresas de navegação, bancos e geradoras de energia. Os serviços básicos das maiores cidades estavam nas mãos de companhias estrangeiras. Os maiores lucros das empresas estrangeiras foi dos bancos que ganhavam especulando com a instabilidade da moeda brasileira ou com a recessão. Após o *funding loan* de 1898 muitos bancos nacionais faliram e a posição dos estrangeiros se tornou mais forte. Ainda em 1929, os estabelecimentos bancários estrangeiros eram responsáveis por metade das transações. Os investidores estrangeiros tenderam a controlar as áreas de sua atuação e a desalojar os capitais nacionais. Levaram vantagens derivadas do vulto dos investimentos. De qualquer modo, o capital estrangeiro teve um papel importante na criação de uma estrutura básica de serviços e transportes, contribuindo assim para a modernização do país.

Os Movimentos Sociais

Os movimentos sociais foram de três tipos: 1) os que combinavam conteúdo religioso com carência social; 2) os que combinavam conteúdo religioso com reivindicação social; 3) os que expressavam reivindicações sociais sem conteúdo religioso (exemplo são as greves ocorridas em fazendas de café por melhores condições de trabalho).

Movimento de Padre Cícero – Ele se transformou em um misto de padre e coronel que se envolveu com suas forças militares, na luta política da região. Sua gente disciplinada foi posta a serviço de atividades diversas.

Movimento do Contestado – O Contestado era uma região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina. O movimento social aí surgido em 1911, porém, não tinha por objeto esta disputa. Os rebeldes se agruparam em torno de José Maria, uma figura que morreu nos primeiros choques com a milícia estadual e foi santificada. Reivindicaram a posse da terra, enquanto esperavam a ressurreição de José Maria. Fustigados por tropas estaduais e do Exército, os rebeldes foram liquidados em 1915.

Movimentos Sociais Urbanos

O movimento da classe trabalhadora urbana foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxitos. As principais razões desse fato se encontram no reduzido significado da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto político. As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos.

O movimento operário carioca tendeu a buscar o alcance de reivindicações imediatas, como aumento de salário, limitações da jornada de trabalho, salubridade, ou de médio alcance, como o reconhecimento dos sindicatos pelos patrões e pelo Estado. A transformação radical da sociedade não fazia parte de suas preocupações. Em SP predominou o anarquismo, ou melhor, o anarco-sindicalismo (acreditava que seu objetivo seria atingido com a derrubada da burguesia do poder. Isso seria alcançado através da greve geral revolucionária). Qualquer vantagem assegurada em lei poria em risco os objetivos estratégicos do movimento. Adversários do marxismo, eles assumiam, entretanto, ao pé da letra, a afirmação de Marx de que a emancipação dos trabalhadores cabia aos próprios trabalhadores.

Os movimentos de protesto no RJ, até 1917, tiveram um conteúdo mais popular do que especificamente operário (Revolta da Vacina de 1904, por exemplo). Em SP a classe média girava em torno da burguesia do café e não havia grupos militares inquietos, dispostos a se aliar com os de baixo. A maior presença de operários estrangeiros, sem raízes na nova terra, favorecia a influência difusa do anarquismo: os patrões e o governo eram o outro, o inimigo. Os anarquistas tentaram, em 1906, criar o partido nacional.

Entre 1917 e 1920, um ciclo de greves aconteceu. Este ciclo foi resultado da carestia e da especulação em cima de gêneros alimentícios. É claro que a Revolução de 1917 também tinha certa influência sobre isso. No

ano de 1918, 19 mil pessoas estavam filiadas à sindicatos. Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar sua condição de vida e conquistar um mínimo de direitos. O Comitê de Defesa Proletária, que se formou em SP no curso da greve de 1917, tinha como pontos principais: aumento de salários; proibição do trabalho de menores de 14 anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18; jornada de 08 horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim de trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação. Pediam ainda 50% de redução nos aluguéis.

Houve um aumento de salário, aliás logo corroído pela inflação, e vagas promessas de se atender às demais reivindicações. A onda grevista arrefeceu a partir de 1920, seja pela dificuldade de alcançar êxitos, seja pela repressão. Leis foram criadas em 1921 para acabar com os movimentos (expulsão de estrangeiros subversivos e contra o anarquismo). Entretanto foi neste período que se cogitou pela primeira vez uma legislação operária. Elas foram reunidas em um projeto de Código de Trabalho, em que se previam a jornada de 8 horas, limite de trabalho de mulheres e menores e a licença para mulheres grávidas. O projeto foi bombardeado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Duas leis, porém, aliviavam um pouco a situação: a que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria (1925) e a que limitava o trabalho dos menores.

O PCB

Nasceu em 1922 como uma crítica aos anarquistas, apesar de seus líderes serem ex-partidários do anarquismo. Na América Latina inteira, menos no Brasil, os comunistas vieram de cisões de partidos socialistas.

Comunistas versus anarquistas – em primeiro lugar, valorizam o papel do Estado (comunistas). Não só defendem a necessidade de ganhar posições no Estado, antes da conquista do poder, como, após essa conquista, sustentam a necessidade de estabelecer um período de transição por tempo indefinido – a ditadura do proletariado -, onde o Estado é reforçado antes de perecer. Enquanto os anarquistas vêem a política e os partidos como campo de emergência de novas desigualdades, a questão política é básica para os comunistas. Sua atuação se dá nesse terreno de várias formas, com primazia para o papel do partido, autodefinido como representante do proletariado. No terreno sindical, os comunistas opõem-se aos anarquistas ao tratarem de criar uma organização centralizada, com poderes nas mãos dos dirigentes. Além disso, os anarquistas negam a existência de uma questão nacional, pois o objetivo a ser alcançado seria igual em todas as partes: a fraternidade dos trabalhadores sem pátria e nem patrões.

Até 1930, o PCB foi um partido de quadros predominantemente operários. Ele se subordinou à estratégia da III Internacional, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrático-burguesa. Esta abriria caminho para a revolução socialista.

O Processo Político nos anos 20

As demandas mais comuns eram educação do povo, voto secreto e criação de uma justiça eleitoral. Os gaúchos, com Borges de Medeiros, tentavam denunciar o pacto MG-SP. O movimento “oposicionista” ficou conhecido como Reação Republicana e envolveu RS, BA e PE. Sua plataforma era: plano financeiro contra a inflação, a favor da conversabilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados. Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação geral e não apenas café. Isso gerou tensão com até o surgimento de cartas que inflamaram o exército contra Bernardes. O clube militar, após um protesto, foi fechado.

O Tenentismo (tenentes e capitães, mas não a cúpula)

Antes de 1930 rebeldia contra o governo, depois de 1930, ações de dentro do governo.

Em 1922 ocorre a Revolta do Forte de Copacabana. Esta foi prontamente sufocada. Muitos morreram. Siqueira Campos e Eduardo Gomes saíram feridos. Em 1924, ocorreu um “Segundo 5 de Julho”. O objetivo desta revolta era derrubar Artur Bernardes. Ocorreram ataques e revolta em SP. As forças rebeldes fugiram para o interior onde se juntaram com as forças vindas do sul (de Prestes). Daí iniciou-se a Coluna Prestes.

Em suma: iniciado p movimento com a tomada de alguns quartéis, desenvolveu-se uma batalha pelo controle de SP. A 9 de julho, quando os revolucionários se preparavam para abandonar a cidade, chegou a eles a notícia de que a sede do governo – os Campos Elísios – estava vazia. De fato, o governador Carlos de Campos, a conselho militar, saíra da cidade. A presença dos “tenentes” na capital paulista durou até dia 27. O governo empregou artilharia contra os rebeldes sem maior discriminação. Militares e civis foram atingidos e ocorreram sérios danos materiais.

Afinal, os revoltosos abandonaram a cidade a 27 de julho, deslocando-se pelo interior de SP, em direção a Bauru. A manobra foi facilitada pela eclosão de revoltas em cidades do interior. Essa foi a chamada “coluna paulista”, que se fixou no Paraná. Aí, as tropas vindas de SP enfrentaram os legalistas, à espera de uma outra coluna proveniente de RS (João Alberto e Luís Carlos Prestes). A junção ocorreu em abril de 1925, decidindo percorrer o Brasil para propagar a idéia de revolução e levantar a população contra as oligarquias. Até 1927, a coluna percorreu 24 mil km. A Coluna evitou entrar em choque com forças militares ponderáveis, deslocando-se rapidamente de um ponto para outro. O apoio popular não passou de uma ilusão. Seu sucesso foi mais simbólico entre os setores da população urbana insatisfeita com a elite dirigente.

A única revolta significativa da marinha foi a da chibata em 1910. Os participantes não queriam derrubar o governo, mas acabar com os maus tratos e a violência dos castigos físicos a que eram submetidos. Sob ameaça da esquadra revoltada, o Congresso decretou uma anistia se os revoltosos se submetessem às autoridades, estabelecendo-se um compromisso de acabar com a chibata como castigo disciplinar. Os rebelados aceitaram as condições e o movimento se encerrou.

O Sentido do Tenentismo

1906 – 1910 seguiu-se nas forças armadas o modelo alemão. Na década de 1920 começou-se a adotar o modelo francês. Durante a presidência do Marechal Hermes, um grupo de militares e civis formara uma espécie de grupo de pressão em torno no presidente. Eles foram chamados de “salvacionistas”, por pretenderem salvar as instituições republicanas. A salvação consistia na idéia de tentar reduzir o poder das oligarquias nas áreas onde isso parecia mais fácil e onde eram mais chocantes as desigualdades sociais.

Os tenentes podem ser vistos como herdeiros dos “salvacionistas”, em um contexto de agravamento de problemas no interior do exército e fora dele. Uma das principais razões de queixa dos quadros intermediários do Exército residia na estrutura da carreira, que dificultava a ascensão aos postos mais altos. Além disso, os “tenentes” tinham desprezo por personagens da cúpula militar que haviam se associado aos figurões da República. Desse modo, os “tenentes” não queriam apenas purificar a sociedade, mas também sua própria instituição. Pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. O grande mal das oligarquias – pensavam eles – consistia na fragmentação do Brasil, na sua transformação em “vinte feudos” cujos senhores são escolhidos pela política dominante. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade.

Nenhum setor ponderável da elite civil até 1930 mostrou-se disposto a jogar uma cartada tão radical. Radical não pode ser conteúdo, mas por seu método: a confrontação armada.

As Elites Civis

Artur Bernardes (1922-1926) governou em meio a várias crises. Epitácio Pessoa deixou dívida e inflação. Os credores internacionais receavam que o Brasil não pudesse cumprir seus compromissos. Nesse contexto, o governo federal mostrava pouca disposição em arcar com a defesa do café. A saída foi transferir a defesa do café da União para o Estado de SP. O governo paulista assumia a atribuição de regular a entrada de café no porto de Santos e efetuar compras de mercadoria quando julgasse necessário.

O grande sonho do novo presidente consistia na estabilização da moeda, pretendendo como objetivo final a conversibilidade de todo o papel moeda em circulação. Ou seja, no futuro, a moeda nacional teria um valor correspondente às reservas de ouro detidas no país, sendo pois conversível naquele metal ou em moeda estrangeira forte. A moeda deixaria de ser fiduciária, isto é, baseada na confiança, para corresponder a um valor real.

A Ascensão do RS

Depois das cisões no sul, em 1922, eles se uniram em torno da “Aliança Libertadora”, com o propósito de impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado. A derrota da “Aliança Libertadora” e as acusações de fraude eleitoral levaram a uma nova guerra civil em 1923. Após onze meses de confronto, conseguiu-se por um fim à luta. Borges se manteve no cargo, mas seu poder foi limitado. Em 1927, Getúlio Vargas se elegeu governador, incentivando um acordo entre o PRR e os libertadores.

O Partido Democrático de SP

Em 1926, após a aparição de movimentos e pequenos partidos como a Liga Nacionalista e o Partido da Mocidade, surgiu o Partido Democrático (PD), com um programa liberal. Seu objetivo central era a reforma política por meio do voto secreto e obrigatório, a representação das minorias, independência dos três poderes, a atribuição ao judiciário da fiscalização eleitoral. O PD se diferenciava do PRP pelo seu liberalismo, que o partido no poder repudiara na prática, e pela maior juventude relativa de seus integrantes. Entre fins de 1926, o PD reuniu 50 mil nomes em listas de apoio publicadas nos jornais.

Revolução de 1930

Os desentendimentos começaram quando, de forma surpreendente Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão. Como se isso não bastasse, fechou questão em torno do governador de SP, Júlio Prestes. É provável que o presidente considerasse ser Júlio Prestes o homem capaz de assegurar a continuidade de seu plano financeiro. J Prestes, na qualidade de líder da maioria do Congresso, garantiria a aprovação do plano. A atitude de Washington Luís empurrou mineiros e gaúchos para um acordo.

Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio à presidência e de João Pessoa à vice-presidência. Formaram, ao mesmo tempo, a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha. A aliança defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres e aplicação da lei de férias, defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Em 1929 veio a crise mundial. Com a crise, os preços internacionais caíram brusamente. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda de preços com a ampliação do volume de vendas. Os fazendeiros que tinham se endividado, contando com a realização de lucros futuros, ficaram sem saída. Surgiu então o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal. Preocupada em manter o

plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o recusou-se a defender o café. Uma onda de descontentamento se levantou em SP.

Os Jovens Políticos e os Tenentes

Júlio Prestes venceu as eleições de 1930. Os recursos políticos imperantes, condenados verbalmente pela aliança, foram utilizados também por ela. As “máquinas eleitorais” produziram votos em todos os Estados. Houve então a união de políticos e jovens militares rebeldes. Luís Carlos Prestes, por ordem de Moscou, foi aceito no PCB em 1934.

O Estopim da Revolução

João Pessoa foi morto em Recife. A luta de grupos na Paraíba vinha de muito tempo. Eleito governador do Estado, João Pessoa tentou realizar uma administração modernizantes, submetendo a seu comando os “coronéis” do interior. Suas iniciativas se chocaram com os interesses dos produtores do interior – sobretudo de algodão. A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da República, para onde o corpo foi trasladado, reuniu uma grande massa. Os opositoristas recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária.

As Ações Militares

A revolução estourou em MG e no RS, em outubro de 1930. Em SP, o PD esteve praticamente à margem das articulações revolucionárias e a situação não se alterou. No NE, o movimento foi desfechado em 4 de outubro, sob o comando de Juarez Távora, tendo a Paraíba como centro de operações. Para garantir o êxito da revolução em PE, Juarez contou com o apoio da população de Recife.

As forças do sul se articulavam para atacar SP. Os revolucionários estacionaram em Ponta Grossa, no norte do Paraná, onde Góis Monteiro montou seu quartel general, e Getúlio Vargas com suas comitivas se instalou em um vagão de trem. Aí foi planejado um ataque geral às forças militares que apoiavam Washington Luís, a partir de Itararé, já em território paulista.

Antes do confronto decisivo, a 24 de outubro, o presidente foi deposto no DF (RJ), e foi constituída uma junta provisória de governo. A junta tentou permanecer no poder mas recuou, diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do sul. Getúlio deslocou-se de trem a SP e daí seguiu para o Rio, onde chegou precedido de 3 mil soldados gaúchos. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República.

Uma complexa base social e política

Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis”; o movimento tenentista defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático pretendia o controle do governo do Estado de SP e a efetiva adoção dos princípios do Estado Liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado Oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos.

1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização;

2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos;
3. o papel central atribuído às forças Armadas como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna.

O Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho do Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.

O Estado Getulista (1930-45)

Getúlio permaneceu 15 anos no poder passando de chefe de um governo provisório, presidente eleito por voto indireto e ditador. Deposto em 1945, voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, suicidando-se em 1954.

Getúlio fez até 1930 uma carreira tradicional, nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Em 1930, saltou para a presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica.

A Crise Mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína dos fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. Caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporava.

A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.

A Centralização

Getúlio assumiu não só o Poder Executivo como o legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do de MG, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também à área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou arma-las em proporção superior ao exército.

A Política do Café

O governo Vargas não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em fevereiro de 1933, o órgão (Conselho Nacional do Café) foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC). Aos Estados não foi atribuída influência direta no DNC, cujos diretores eram nomeados pelo ministro da Fazenda.

Um decreto de 1931 estabeleceu que o governo compraria todos os estoques existentes de café com a receita derivada das exportações, e dos confisco cambial, ou seja de uma parte da receita das exportações, e destruiria fisicamente uma parcela do produto. Tratava assim de reduzir a oferta e sustentar os preços. A destruição do café só terminou em 1944. Ainda em 1931, os pagamentos relativos à dívida pública externa foram suspensos e se reintroduziu o monopólio cambial do Banco do Brasil. O monopólio significava que os exportadores deveriam trocar a receita em moeda estrangeira no BB. O banco ofereceria também a moeda para pagar as importações, estabelecendo um critério de prioridade das consideradas essenciais.

A Política Trabalhista (objetivo: controlar a classe trabalhadora)

A política trabalhista teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo. Em 1930, foi criado o Ministério

do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, e criavam-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários –as Juntas de Conciliação e Julgamento. Entre as leis de proteção ao trabalhador estavam as que regulavam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho.

O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único sindicato por categoria profissional. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas. Houve uma resistência inicial às medidas. Em 1933, o velho sindicalismo autônomo desapareceu.

A Educação

A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, também em 1930. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural. No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Até aquela data, elas eram apenas uma junção de escolas superiores.

Por decreto em 1931, o governo baixou o Estatuto das Universidades Brasileiras. Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo pois, até então não passava de cursos preparatórios para o ingresso em escolas superiores. Em 1934, foi criada a USP, em 1935, a Universidade de Brasil. Em 1939, a Universidade do Brasil se tornou UFRJ.

Existia à época duas lógicas na educação, ou duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos. A Igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na pública. Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões.

Os “pioneiros” defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios. Sustentando o princípio da unidade do ensino, distinguiam entre unidade e centrismo “estéril e odioso”, gerador da uniformidade. Lembravam que as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação das escolas às características regionais impunham a realização de um plano educativo que não fosse uniforme para todo o país, embora a partir de um currículo mínimo comum. O governo Vargas não assumiu por inteiro e explicitamente as posições de uma das correntes apontadas, mas mostrou inclinação pela corrente católica, sobretudo na medida em que o sistema político se fechava.

O Processo Político (1930-34) [tenentismo e a luta entre o governo e os grupos regionais]

O tenentismo visava reformas na indústria com a nacionalização de minas, transporte, comunicação e navegação de cabotagem. Apoiavam um governo centralizado e estável. Buscaram atuar no NE, porém as reformas não aconteceram. Sem ter condições nem a intenção de realizar grandes transformações, os “tenentes” acabariam por chegar a um entendimento com setores da classe dominante. As medidas de baixa de aluguéis e de expropriação de bens foram por sua vez bloqueadas pelo governo geral e não tiveram seguimento.

Negando as pretensões do PD, Getúlio marginalizou a elite paulista, nomeando interventor o tenente João Alberto. Porém, o PD e o PRP se uniram em torno da bandeira da constitucionalização. A elite de SP defendia a constitucionalização a partir dos princípios da democracia liberal. Como medida transitória, exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do PRP e do PD. Isso ocorreu com a formação da Frente única paulista, em fevereiro de 1932.

Surgiu o Código Eleitoral que previa a obrigatoriedade do voto (secreto) e o voto das mulheres. Além disso, criou-se a justiça eleitoral. A eleição para o legislativo seria proporcional, garantindo-se assim a representação das minorias. Previu-se, ao lado da representação dos cidadãos, a representação profissional. Esta seria composta de 40 constituintes, que serviriam para contrabalançar o peso dos maiores Estados, notadamente SP e o RS que constituíam, naquela altura, os principais núcleos de oposição.

A Revolução de 1932

A Frente única gaúcha rompeu com Vargas. Esse fato levou os grupos que já conspiravam em SP, em sua maioria ligados ao PD, a acelerar os preparativos para uma revolução. Em 9 de julho, estourou em SP a revolução contra o governo federal. O esperado apoio de MG e RS não veio, muito em virtude da não vontade de pegar em armas contra um governo que eles mesmo colocaram no poder.

O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. SP ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a força pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. A superioridade militar dos governistas era evidente. A luta foi de 8,5 mil, sem artilharia pesada e poucos aviões contra 18 mil mais um brigada gaúcha, artilharia pesada, aviação e marinha. A Revolução de 1932 marcou aliás o ingresso da aviação do Brasil como arma de combate. A luta durou quase 3 meses. A ameaça de ocupação da cidade de SP tornou-se real e a rendição veio.

Embora vitorioso, o governo percebeu a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, entenderam que teriam que estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.

A Constitucionalização

Aos poucos os “tenentes” foram desaparecendo. Houve eleições para a Assembléia Constituinte e, em 1934, entrou em vigor uma nova constituição. A campanha eleitoral que criou a Assembléia Constituinte revelou um impulso na participação popular e na organização partidária. Muitos partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos Estados. Com exceção dos comunistas na ilegalidade e da Ação Integralista, não se chegou a formar partidos nacionais. O resultado das urnas mostrou a força das elites regionais.

Três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da segurança nacional. Previa-se a nacionalização das minas, jazidas minerais e quedas d’água; pluralidade e autonomia dos sindicatos; proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho; salário mínimo; férias remuneradas; descanso semanal; indenização para demissão sem justa causa; ensino primário gratuito e com frequência obrigatória; serviço militar obrigatório.

A Assembléia Nacional Constituinte, em 1934, por meio de voto indireto, elegeu Vargas Presidente até 1938.

O Integralismo

Em 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em SP a Ação Integralista Brasileira (AIB). O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era

mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. O lema era “Deus, Pátria e Família”. Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais. A AIB identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional, em mãos dos judeus. O integralismo foi muito eficaz na utilização de rituais e símbolos: o culto da personalidade do chefe nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos “camisas-verdes”, ostentando braçadeiras com a letra grega sigma. Seu quadro vinha de profissionais urbanos de classe média, funcionários públicos e membros das camadas populares. Em 1937, calcula-se que fossem de 100 a 200 mil.

Integralistas e comunistas se enfrentaram mortalmente ao longo dos anos 1930. Os dois movimentos tinham entretanto pontos em comum: a crítica ao Estado Liberal, a valorização do partido único, o culto da personalidade do líder. Os integralistas baseavam seu movimento em temas conservadores, como família, a tradição do país, a igreja católica. Os comunistas apelavam para concepções e programas que eram revolucionários, em sua origem: a luta de classes, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e a reforma agrária.

Autoritarismo e a Modernização Conservadora

A corrente autoritária assumiu com toda conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos de liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.

O integralismo pretendia alcançar seus objetivos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. A corrente autoritária não apostava no partido e sim no Estado; não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade mas na clarividência de alguns homens. Para ela, no limite, um partido fascista levaria à crise do Estado; o estatismo autoritário, ao contrário, conduziria ao reforço.

O Fortalecimento do Exército

Entre 1930 e 1945 aumentou-se significativamente o número de efetivos bem como a quantidade de equipamentos das forças armadas. Em contrapartida, as forças públicas estaduais perderam terreno. Vargas foi promovendo e ganhando apoio do exército. No fim de 1933, 36 dos quarenta generais na ativa tinham sido promovidos pelo governo. Dois generais se destacam: Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

O Processo Político (1934-37)

Neste período destaca-se o número significativo de greves e as campanhas contra o fascismo. Em 1935, o governo tentou emplacar uma lei de segurança nacional, que acabou sendo substituída por outra. A nova previa: crimes contra a ordem pública e social (greve de funcionários públicos; provocação de animosidades nas classes armadas; incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meio não permitidos em lei).

A Aliança Nacional Libertadora (criada em 1935)

Luís Carlos Prestes foi indicado por Carlos Lacerda para ser presidente de honra da ANL. O programa básico da ANL tinha conteúdo nacionalista (suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular.

A Aliança Nacional Libertadora (33378248 MJ Despachante)

Programa da ANL consistia na suspensão do pagamento da dívida externa, na nacionalização de empresas estrangeiras, na reforma agrária, na garantia da liberdade popular e na constituição de um governo popular. Ela seria a frente popular de combate ao fascismo e o imperialismo. Seria ainda o exemplo de uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo. Na comemoração do 5 de julho de 1935, Carlos Lacerda leu um manifesto de Prestes que se encontrava clandestino no Brasil, o qual apelava pela derrubada do governo odioso de Vargas e a tomada de poder por um governo popular, nacional e revolucionário.

A Tentativa de Golpe Comunista

A ANL foi perseguida. PCB arquitetou um golpe (Levante de 1935, que lembrava as revoltas tenentistas da década de 1920), foi um fiasco. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões no Recife e no Rio.

A Repressão

Em virtude do levante de 1935 a repressão passou a ser enorme. Em 1936, o Congresso aprovou uma série de medidas excepcionais solicitadas pelo poder executivo. Foi decretado um estado de guerra, a que foi equiparado o estado de sítio em 1935. Este foi sendo prorrogado até 1937. Em março de 1936, a polícia invadiu o congresso e prendeu 5 parlamentares, que tinham apoiado a ANL ou simplesmente demonstrado simpatia. Neste mesmo ano, o ministro da Justiça anunciou a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Foi criado ainda o Tribunal de Segurança Nacional, que começou a funcionar em 1936. De provisório, este se tornou um órgão permanente.

As Candidaturas para a Eleição de 1938

Em fins de 1936 e 1937 definiram-se os candidatos à sucessão presidencial. O Partido Constitucionalista lançou Armando Salles. O PRP, que se aproximava de Getúlio, indicava José Américo de Almeida. Os integralistas apoiavam Plínio Salgado. Apesar de toda esta movimentação, Vargas parecia não disposto a abandonar o poder. Ao longo de 1937, para apagar possíveis dificuldades, o governo interveio em alguns Estados e no DF. No exército, vários oficiais legalistas foram afastados dos comandos militares.

O Plano Cohen

Um oficial integralista – Capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido, ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um tal de Cohen (nome judaico). Aparentemente, o “plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas e etc.

Pro causa do Plano o Congresso aprovou o Estado de Guerra e a suspensão das garantias constitucionais. Preparava-se o golpe. Os governadores da BA e PE tentaram denunciá-lo mas o golpe ocorreu em 15 de novembro de 1937.

O Estado Novo

O Golpe começou com o fechamento do Congresso em 10 de novembro. À noite, entrou em vigor uma carta constitucional, elaborada por Francisco Campos, iniciando o Estado Novo. O Congresso dissolvido submeteu-se. Em 1938, um grupo de integralistas assaltou o Palácio da Guanabara, residência do presidente, na tentativa de depô-lo. Os assaltantes acabaram sendo cercados e mortos.

A Carta de 1937

O presidente recebia poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores nos casos de não-confirmação. O Parlamento, as Assembléias estaduais e as Câmaras Municipais eram dissolvidas, devendo realizar-se eleições para o Parlamento somente depois do plebiscito. Enquanto isso, o presidente tinha o poder de expedir decretos lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal. Declarava-se em todo país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria carta constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinitivamente, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares. Os Estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados, a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo.

Estado e Sociedade

A partir do Estado Novo, desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos técnicos, no interior do aparelho do Estado.

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais.

A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933, após a revolução paulista. Ela se fez sobretudo através da federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da Confederação Nacional da Indústria e da Federação Industrial de Minas. A aliança desses setores não significa identidade de opiniões. Ao contrário dos técnicos governamentais, a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. Ela reivindicava principalmente medidas no setor de câmbio e das tarifas sobre as importações que resultassem em proteção da indústria instalada no país.

Um decreto-lei de 1942 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada. Pouco antes, surgira o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

As relações do presidente com seus ministros era muito próxima. Foi criado um Conselho de segurança Nacional. A atribuição dada ao CSN de estudar todas as questões relativas à segurança nacional foi tomada em sentido amplo. Com isso, o conselho assumiu um papel importante nas decisões econômicas. As forças armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal do aço. No setor do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo, criado em julho de 1938, ficou nas mãos do general Horta Barbosa. Além disso, o governo aprovou os planos militares para a compra de armas, que incluíam a artilharia fornecida pela empresa alemã Krupp, navios de guerra da Grã-Bretanha e Itália, armas de infantaria da Tchecoslováquia e aviões dos EUA.

Forças Armadas eram importantes mas não eram um bloco monolítico e nem “governavam” Getúlio. Sua coesão era dada pelo acordo em torno de um objetivo geral: a modernização do país pela via autoritária. O presidente podia assim manipular as pretensões do exército e coordena-las com os interesses mais gerais do governo.

A Política econômico-financeira

A partir de novembro de 1937, o Estado embarcou na maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base. Até 1942, a política de substituição de importações (PSI) se fez em um planejamento geral, considerando-se cada setor como um caso específico. Em agosto desse ano, com a entrada do Brasil na guerra e o prosseguimento do conflito, o governo tomou para si a supervisão da economia. O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista. Bancos e companhias de seguro só poderiam funcionar com a maioria dos acionistas sendo brasileiros. Concedia-se às empresas estrangeiras um prazo, a ser fixado em lei, para que se transformassem em nacionais.

Os casos do aço e do petróleo são particularmente significativos para se compreender a política de investimentos estatais na indústria de base. A questão do aço envolvia duas lógicas: os grupos privados e o próprio Getúlio inclinavam-se por uma associação com capitais estrangeiros, alemães e americanos. A maior pressão no sentido de se instalar uma indústria fora do controle externo vinha das forças armadas. A desistência da United States Steel levou ao controle estatal no caso do aço. O petróleo ainda não era tão importante quanto seria nos anos 1950. O Conselho Nacional do Petróleo bloqueou iniciativas das grandes empresas estrangeiras. Na realidade, as realizações do Estado Novo no setor petrolífero foram reduzidas. Só em 1953 é que a Petrobrás foi criada.

Para enfrentar a crise no balanço de pagamentos, Getúlio suspendeu logo após o golpe o serviço da dívida externa, decretou o monopólio da venda de divisas e impôs um tributo sobre todas as operações cambiais. O controle do comércio exterior permaneceu; o pagamento da dívida só voltou a ocorrer em 1940, apesar das resistências dos militares, que temiam que o serviço da dívida viesse a reduzir os investimentos públicos.

A Política Trabalhista

A partir de 1937 ficam proibidas as greves e o lockout, bem como os sindicatos ficam cada vez mais dependentes do Estado. Em 1940, foi criado o imposto sindical (contribuição anual obrigatória) – instrumento básico de financiamento do sindicato e de sua subordinação ao Estado. O Imposto Sindical deu suporte à figura do “pelego”, que era o dirigente sindical que atuava mais no interesse próprio e do Estado que no interesse dos trabalhadores, agindo como amortecedor de atritos. Sua existência foi facilitada na medida em que não precisava atrair ao sindicato uma grande massa de trabalhadores. O imposto garantia a sobrevivência do sindicato.

Em 1939 foi criada a Justiça do Trabalho. A sistematização e ampliação da legislação trabalhista se deu com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Desde a constituição de 1934, previa-se que a lei estabelecerá um salário mínimo, capaz de satisfazer às necessidades dos trabalhadores, conforme as condições de cada região. Mas somente em maio de 1940 surgiu um decreto-lei neste sentido. Foi por meio dessas ações que surgiu a idéia que Getúlio era “pai” dos trabalhadores.

O Controle da Opinião Pública

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia.

O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934) se tornou, em 1939, em Departamento de Imprensa e Propaganda. O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo rádio, cinema, teatro e imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”; agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa “Hora do Brasil”, que iria ser o instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Cooptou alguns adversários.

O Serviço Público

O serviço público na Primeira República ajustou-se à política clientelista. Salvo raras exceções, não existia o concurso. O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade. Em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Na realidade, pretendia o decreto que o DASP fosse um superministério, com papel importante na distribuição dos gastos governamentais. O Ministro da Fazenda se opôs fortemente a uma diminuição de seus poderes. Do ponto de vista do recrutamento do pessoal, houve um relativo esforço para estabelecer uma carreira em que o mérito fosse a qualificação básica para o ingresso. É lógico porém, que as indicações e as preferências pessoais continuaram.

A partir de 1936, uma lei estabeleceu a separação dos servidores públicos em duas categorias principais: funcionários públicos e extranumerários. Os primeiros deviam prestar concurso público de ingresso na carreira e tinham assegurados vários direitos relativos ao salário, aposentadoria e etc. Os segundos eram admitidos teoricamente por prazo determinado, para a realização de certos serviços, dependendo a admissão de conexões políticas ou pessoais.

A Política Externa

A crise mundial acentuou o declínio da hegemonia inglesa e a emergência dos EUA. Isso se deu, sobretudo, a partir do momento em que as medidas do presidente Roosevelt, de combate à crise, começaram a surtir efeito. Ao mesmo tempo, surgiu outro competidor na cena internacional – a Alemanha Nazista, a partir de 1933. A Alemanha iniciou uma política de influência ideológica e de competição com seus rivais na América Latina.

Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática, isto é, tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências. Entre 1939-40, a Alemanha se tornou a principal compradora de algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. Os alemães acenaram sempre com a possibilidade de romper a linha tradicional do comércio exterior das grandes nações, oferecendo material ferroviário, bens de capital e etc. O Reich insistiu sempre no comércio em moeda não-conversível, os chamados “marcos de compensação”, procurando transformar as transações com o Brasil em acordos bilaterais que afastassem outros concorrentes. Os representantes alemães buscavam controlar todo o comércio, impondo quotas, preço para os produtos e o valor de seus marcos de compensação.

Grupos econômicos americanos – investidores, banqueiros, importadores – desejavam a adoção de represálias contra o Brasil. Roosevelt preferiu evitar medidas extremas que poderiam levar o Brasil a aliar-se à Alemanha ou a seguir um caminho nacionalista radical.

Os militares pressionaram por um entendimento com os alemães e obtiveram um grande contrato para o fornecimento de artilharia, com a Krupp, em março de 1938. Neste mesmo ano, as relações com a Alemanha sofreram um abalo. O problema foi que o governo brasileiro investia contra os grupos nazistas existentes no sul do país.

Os norte americanos se lançaram, com a eclosão da II Guerra Mundial, em uma ofensiva político-ideológica, ao promover, entre outras iniciativas, a Conferências Pan-americanas, em torno de um objetivo comum: a defesa das Américas, independentemente do regime político vigente em cada país, sob o comando dos EUA. A resposta brasileira a esse conjunto de iniciativas consistiu em se aproximar cada vez mais do “colosso do norte”. A entrada dos EUA na guerra, em dezembro de 1941, forçou uma definição. Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo, enquanto insistia ao mesmo tempo no re-equipamento econômico e militar do Brasil, como condição de apoio aos Estados Unidos.

Em fins de 1941, tropas americanas estacionaram no NE. Em 1942, ocorreu um acordo político-militar secreto com os EUA. Isso ocorreu após o rompimento das relações do Brasil com as forças do eixo. Entretanto, os americanos demoravam a entregar as encomendas de equipamento militar porque consideravam que boa parte da oficialidade brasileira era simpatizante do Eixo. A indefinição foi superada quando em agosto de 1942 navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. O Brasil entrou em guerra. O alinhamento brasileiro ao lado anti-fascista se completou com o envio de uma força expedicionária para lutar na Europa. A decisão foi inclusive contrária aos interesses dos EUA e da Inglaterra. A volta dos “pracinhas” da FEB ao Brasil, a partir de maio de 1945, provocou um grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela democratização do país.

O Fim do Estado Novo (contradição inerente: apoio às democracias por uma ditadura pessoal)

Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro internacional do que das condições internas do país. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar as contradições existentes entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. No âmbito do governo, pelo menos uma figura se mostrou francamente favorável a uma abertura democrática. Era o Ministro de Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Fato mais grave foi o gradativo afastamento do Estado Novo de um dos seus idealizadores e sustentáculos militares. Convencido de que o regime não sobreviveria, o general Góis Monteiro abandonou o governo. Sua ida para o Ministério da Guerra, em agosto de 1945, serviria muito mais para encaminhar a saída de Getúlio do que para tentar garantir sua permanência no poder.

Em 1943, um grupo social importante emergiu na luta pela democratização (União Nacional dos Estudantes). Uma supressão governamental violenta a uma passeata de estudantes gerou indignação. Uma jogada da oposição liberal forçou, em fins de 1944, uma mudança de atitude: o surgimento da candidatura do major-brigadeiro da aeronáutica Eduardo Gomes à presidência. O brigadeiro não era uma figura qualquer. Militar da ativa, associava seu nome ao tenentismo e ao episódio legendário da revolta do Forte de Copacabana. Por sua vez, a imprensa cada vez mais burlava a censura, o que é um indicador seguro da perda de força dos regimes autoritários. Getúlio resolveu abrir a disputa presidencial, sendo Dutra o candidato do governo.

Formação dos Partidos

Surgiram em 1945 três partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando a massa dos trabalhadores urbanos e sob a inspiração de Getúlio; a União Democrática Nacional (UDN), a oposição liberal, herdeira dos partidos democráticos estaduais e contra o Estado Novo e; o Partido Social Democrático (PSD), ligado ao governo. Eduardo Gomes ficou ligado à UDN, Dutra ao PSD.

O PCB e o “queremismo”

Á oposição não agradava a idéia de um processo de transição para a democracia, encaminhado pelo chefe de um governo autoritário. Vargas, percebendo a perda de sustentação do regime na cúpula militar, tratou de se apoiar mais amplamente em massas populares urbanas. Isso foi tentado pela ação do Ministério de Trabalho, dos “pelegos” sindicais e pela iniciativa dos comunistas. O PCB acabou apoiando Vargas. O PC Soviético “mandou” apoiar qualquer governo anti-fascista. O Brasil não só entrou na guerra contra o Eixo como, em abril de 1945, estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética. Prestes, saindo da cadeia, estendeu suas mãos ao inimigo da véspera, em nome de “necessidades históricas”. Os próprios comunistas, na época, buscaram frear as graves que eclodiam em 1945. Para eles, a época não era de greves, mas sim de “apertar os contos”, para não causar problemas ao governo.

Em 1945 surgiu o movimento do “queremismo”. Os “queremistas” saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nos quais Getúlio deveria concorrer. O efeito causado pela campanha na oposição liberal e nos meios militares foi profundamente negativo. Parecia claro que Vargas pretendia manter-se no poder como ditador ou presidente eleito, “fritando” no percurso os dois candidatos já lançados.

O Populismo

Semelhanças entre o peronismo e o getulismo – ambos pretendiam promover no plano econômico um capitalismo nacional, sustentado pela ação do Estado. Ambos pretendiam no plano político reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo Estado. Desse modo, o Estado encarnaria as aspirações de todo o povo e não os interesses particulares desta ou daquela classe. Ia-se definindo assim o populismo latino-americano. No caso brasileiro, os apelos simbólicos e as concessões econômicas às massas populares seriam a tônica do getulismo. Perón de preso se tornaria presidente. Temendo que aqui ocorresse o mesmo trataram de apressar a queda de Getúlio.

A Deposição de Vargas

A queda de Vargas não foi uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. A 25 de outubro, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe de polícia do DF. Tanto mais que o substituto era um irmão do presidente. A partir daí, o general Góis mobilizou as tropas do DF. Dutra tentou inutilmente um compromisso, pedindo a Vargas que revogasse a nomeação do seu irmão. O pedido foi recusado. Afinal, a queda de Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder. Não chegou a ser exilado do país.

As Mudanças ocorridas no Brasil entre 1920 e 1940

População – entre 1920 e 1940 a população passou dos 30,6 milhões para 41,4 milhões. 54% da população tinha menos de 20 anos. Houve uma diminuição do fluxo de imigrantes.

Economia – Processo de substituição de importações decorrentes da crise mundial e capacidade ociosa das indústrias. (1920 e 1930, a Crise do Café e do Algodão cresceu (exportação e consumo interno). 1939-43 a pauta aumentou: arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo. 48,3% produção.

Entre 1919 e 1939, as indústrias básicas – metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte – praticamente dobraram sua participação no total do valor adicionado da indústria. O valor adicionado representa a diferença entre o valor da matéria-prima e o valor final do produto, resultante do processamento industrial. O crescimento das indústrias química e farmacêutica – inclusive perfumaria, sabões e velas – foi

extraordinário, triplicando sua participação. Esses dados indicam que a indústria ia se tornando mais diversificada e com uma base capaz de sustentar avanços posteriores.

Educação

Diminui-se, no período, o índice de analfabetos. Todavia, este ainda continuava alto em 1940 (56,2% da população).

O Período Democrático (1945-64)

A Eleição de Dutra

Eduardo Gomes, adversário de Dutra, concorria como candidato da classe média e cuja bandeira era a democracia e o liberalismo econômico. Dutra não era um candidato empolgante, apesar do apoio efusivo de Getúlio. Na eleição, 6,2 milhões de pessoas votaram, um índice que representava 13,4% da população nacional. Dutra e o PSD venceram com 55% dos votos. Esta vitória pôde ser atribuída à força de Vargas junto às massas. Getúlio conseguiu o cargo de senador pelo RS. Fato é que a máquina política montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, acabou servindo como instrumento de captação de votos, sob o regime democrático. O PSD garantiu a maioria absoluta dos lugares no Congresso.

A Constituição de 1946

O Brasil, pela nova Constituição, foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estado e Municípios. Fixaram-se também as atribuições dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Ficou estabelecido que o voto seria direto e secreto e o mandato presidencial seria de 5 anos. A eleição para a Câmara deveria ser realizada segundo princípio da representação proporcional; ou seja, os deputados seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam. A eleição para o senado obedeceria ao princípio majoritário. Seriam eleitos os que tivessem a maioria dos votos, sem se considerar o partido.

A Constituição de 1946 reproduziu um artigo da constituição de 1934, em que se determinava que o número de deputados seria fixado em lei, de acordo com a seguinte proporção: um para cada 150 mil habitantes até 20 deputados e, além desse limite, um para cada 250 mil habitantes. Aboliu-se ainda a representação oficial e instituiu-se a igualdade de homens e mulheres nos direitos políticos.

Outra questão nova do pós-Estado Novo foi a participação dos trabalhadores no lucro das empresas conforme seria determinado em lei. O único problema foi que não houve lei. Em relação à família, estabeleceu-se que família se constituía pelo casamento de vínculo indissolúvel. Esta questão se deveu à pressão da Igreja Católica. Quanto aos trabalhadores, manteve-se a unidade sindical e o imposto.

O Governo Dutra

O governo de Dutra foi marcado pelo respeito à legalidade, menos em relação aos comunistas e aos trabalhadores organizados. Mesmo que o direito à greve existisse, o governo tentou controlar de todas as formas. Dutra perseguiu o Partido Comunista. Em 1947, o PC foi cassado pelo STF com base no texto constitucional (que vedava a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariassem o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem). Na mesma ocasião que fechou o PC, o governo fechou também alguns sindicatos ligados a ele. Ou seja, usou-se a luta contra os comunistas para prejudicar as organizações dos trabalhadores. Deputados, senadores e vereadores do PCB, todos foram cassados.

Liberalismo ou Controle Estatal?

No início, uma onda liberalizante tomou conta do governo. A intervenção estatal foi condenada e os controles estabelecidos pelo Estado Novo foram sendo abolidos. A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois o país acumulava divisas no exterior, resultante das exportações nos anos de guerra. Apesar disso, a política liberal acabou fracassando. A onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda, levou praticamente ao esgotamento das divisas sem trazer conseqüências positivas. Em resposta, o governo adotou o critério de licenças, o que favoreceu a importação de itens essenciais, como equipamento, maquinaria e combustíveis, e restringiu a importação de bens de consumo. Esta medida, por conseguinte, acabou influenciando e estimulando a produção para o mercado interno. A repressão sindical atrelada à dinâmica econômica do período fez com que o PIB brasileiro crescesse 8% a.a..

A Sucessão de Dutra

Com o fim do mandato de Dutra, Vargas se articulava (PSD). Ademar de Barros, do Partido Social Progressista, um sujeito totalmente amoral, seria oposição? Fato é que a UDN odiava Ademar, e com o abandono do candidato de Dutra (Cristiano Machado), o caminho ficou aberto para Vargas. A UDN tentaria lançar novamente Eduardo Gomes. Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Com isso, Vargas obteve 48,7% dos votos.

O Novo Governo Vargas

A UDN tentou impugnar a campanha pois não houve 50% mais um de votos para Vargas. Porém, esta questão não estava prevista na legislação. Getúlio iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais.

Divisões no Exército: nacionalistas versus “entreguistas”

Os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. Sustentavam ainda uma postura de rígido combate à inflação, através do controle da emissão de moeda e do equilíbrio dos gastos do governo.

Havia cisões dentro das forças armadas (Estillac Leal e Horta Barbosa – nacionalistas X Cordeiro de Farias). Isso, obviamente incitou posições contrárias ao papel dos EUA na Guerra da Coréia. Adversários dos nacionalistas acabaram vencendo.

O Quadro Econômico-Financeiro

Desenvolvimento econômico com industrialização. Investimentos públicos em transporte e energia. Reequipamento da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, foi fundado. Porém, foi um período de inflação mais alta, saindo de patamares de 2 dígitos para três.

Em relação ao café, a forte alta dos preços internacionais do café aumentou a receita em divisas. Com o aumento destas divisas, aumentou-se os meios circulantes na economia, estimulando a procura de bens e a elevação de preços. Com a Guerra da Coréia, o governo se endividou no exterior, financiando importações

adicionais. Além disso, os incentivos à industrialização elevaram os custos dos produtos. Um aumento de crédito ocorreu em concomitância. Tudo isso, só produziria efeitos positivos no médio prazo.

Em 1953, João Goulart se tornou ministro do trabalho. Ele era visto como o defensor de uma “república sindicalista” e como a personificação do peronismo no Brasil. Aos poucos, João Goulart foi se tornando odiado pelo UDN e pelas forças armadas.

Osvaldo Aranha se tornou Ministro da Fazenda. O Plano Aranha consistia em controlar a expansão do crédito e o câmbio (flexível, de acordo com os bens a serem exportados ou importados). Introduziu-se o confisco cambial, especialmente em relação ao café. A medida fixou um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café, ao ser convertido em cruzeiros. Isso significa que o governo ficava com uma parte dos dólares obtidos pela exportação do café, com o objetivo de financiar projetos considerados prioritários. Obviamente, os cafeicultores protestaram.

Mesmo com a medida acima exposta, o fato é que o governo tentou proteger o café, mantendo os preços altos no exterior. Isso desagradou os EUA que passaram a pressionar o governo.

Quando Eisenhower assumiu a presidência dos EUA em 1953, o governo dos EUA passou a travar uma “cruzada anti-comunista”. No plano econômico, adotou-se uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses países e dar preferência aos investimentos privados.

A Política Trabalhista e as Greves

Getúlio o tempo todo conclamava os operários. Aboliu o “atestado de ideologia”. Com isso, favoreceu o retorno dos comunistas e dos excluídos em geral durante o período Dutra. Todavia, o alto custo de vida fez eclodir uma série de greves em 1953. Em SP, por exemplo, ocorreu a greve dos “300 mil”. No RJ, a greve dos “marítimos”, levou ao protesto 100 mil pessoas. Nesta última, Jango foi quem interveio.

O Janismo

Jânio Quadros e a campanha contra a corrupção (tostão por milhão) garantiu sua vitória na prefeitura de SP. Este se tornaria uma voz de oposição ao governo de Getúlio.

A Oposição

O nome de Jango era atribuído a uma possível “República Sindicalista” e ao aumento de 100% no salário mínimo. Um dos mais ferozes críticos do governo era Carlos Lacerda. Ex-comunista, Lacerda também os atacava. Desta forma, o populismo e o comunismo eram os seus principais alvos.

A Queda de Getúlio Vargas

João Goulart foi substituído no ministério do trabalho. Antes de sua saída, propôs um aumento de 100% no salário mínimo.

No discurso, Vargas se chocava com setores sociais conservadores. Adotou uma linha nacionalista na área econômica, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas no balanço de pagamentos. Em 1954, criou a Eletrobrás.

João Neves acusou o presidente e Jango de assinarem um acordo secreto com a Argentina e o Chile com o objetivo de barrar a presença americana no chamado Cone Sul do continente. A suposta aliança,

especialmente com a Argentina de Perón, soava como mais um passo na instalação da “República Sindicalista”.

O aumento de 100% no salário mínimo no dia 1º. De maio provocou uma onda de protestos. Getúlio tentava se equilibrar no poder. A tentativa de matar Lacerda foi a gota d’água. Foi constituído um movimento a favor da renúncia de Vargas. A 23 de agosto, tornou-se claro que o governo perdera o apoio das Forças Armadas. Um manifesto à nação, assinado por 27 generais, foi lançado nesse dia, exigindo a renúncia do presidente. No dia seguinte, Vargas se suicidou, deixando uma carta-testamento. Nesta carta, apontava como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados aos inimigos internos. Afirmava que eles se opunham às garantias sociais aos trabalhadores, às propostas para limitar os lucros excessivos, à defesa das fontes fundamentais de energia, corporificadas na Petrobrás e na Eletrobrás.

O suicídio de Getúlio teve imediato. O povo saiu às ruas. O vice, Café Filho, assumiu a presidência. O então presidente formou um ministério com maioria udenista e garantiu a realização de eleições em 1955.

A eleição de Juscelino Kubitschek

JK, político do PSD de MG, ex-governador, conseguiu o apoio do PTB, o que garantiu sua vitória frente a Juarez Távora, da UDN. Em sua campanha, JK martelou na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico, com apoio no capital público e privado. Juarez insistiu na moralização dos costumes políticos. Ao mesmo tempo, mostrou-se contrário a uma excessiva intervenção do Estado na economia que estava levando o país a um desequilíbrio ameaçador para seu progresso. Tentou-se desmoralizar Jango atribuindo à ele a Carta Brandi. A carta se referia a articulações entre Jango e Perón para deflagrar no Brasil um movimento armado, que instalaria a República sindicalista.

Golpe Preventivo do General Lott

Após a vitória de JK e Jango, desencadeou-se uma campanha contra a posse. Ocorre um golpe preventivo, ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la. O executor foi o general Lott, que mobilizou tropas do RJ. As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da marinha e da aeronáutica denunciavam a ação como “ilegal e subversiva”. Carlos Luz, presidente interino, bem como Lacerda, fugiram no cruzador Tamandaré. Carlos Luz foi impedido pelo congresso e assumiu o presidente do senado, Nereu Ramos. Nereu Ramos assumiu a chefia do executivo, decretou estado de sítio por 60 dias e garantiu a posse do novo presidente.

O Governo de JK (50 anos em 5)

Os anos de JK foram considerados de estabilidade política. Foram anos otimistas, embalados por altos índices de crescimento econômico.

As Forças Armadas e os Partidos

As Forças Armadas garantiriam o Estado Democrático com certos limites. Esses limites diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. O getulismo só recebia restrições dessa maioria quando enveredava pelo terreno de um nacionalismo agressivo ou quando apelava aos trabalhadores. O fato é que as Forças Armadas estavam divididas em nacionalistas e “purificadores da democracia”. Os purificadores da democracia estavam convencidos de que só através de um golpe, a partir do qual as instituições seriam renovadas, seria possível impedir o avanço da República Sindicalista e do comunismo.

A lógica do desenvolvimento e ordem de JK acalmou os militares. Seu governo, manteve o movimento sindical sobre controle. As Forças Armadas mantiveram controle sobre a Petrobrás e o Conselho Nacional do Petróleo. O general Lott foi uma dos grandes apoiadores do governo de JK, apesar de ser um homem sem partido.

A aliança PSD/PTB garantiu apoio aos projetos do governo. O traço que os unia era o getulismo. Mas para dar certo, o PSD não deveria ser tão conservador e o PTB não deveria ser tão reivindicador e nacionalista a ponto de se tornar agitador. No plano social, o governo não se opôs aos interesses da burocracia sindical e tratou de limitar as explosões grevistas.

O Programa de Metas

O Programa de Metas de JK abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e construção de BSB. O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) foi substituído pela SUDENE, órgão que estaria subordinado diretamente à presidência. Surgiu ainda o Novacap, órgão para construir BSB. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ganhou importância, pois o Poder Executivo procurou fazer com que ele funcionasse como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas.

O Processo de Substituição de Importações ocorreu no governo Dutra após a mudança de rumos da política econômica. Seus defensores viam nela um instrumento essencial para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento e se tornasse uma potência autônoma. Os nacionalistas sustentavam a necessidade de controle pelo Estado de infra-estrutura (transporte, comunicação, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas da atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Sem chegar a recusar em princípio o capital estrangeiro, insistiam na necessidade de só aceitá-lo com muitas restrições, seja quanto à área dos investimentos, seja quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior.

O Estado, em JK, atuaria na infra-estrutura e incentivaria a industrialização por meio da atração de capitais estrangeiros. O governo utilizou a Sumoc 113 de Café Filho, instrução que autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeiras para pagamento dessas importações. A instrução 113 facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.

Entre 1955-1961, a produção industrial cresceu 80%, com altas percentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). Em relação à indústria automobilística, o ponto foi a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), para a produção de automóveis e caminhões (com capital privado). Começou a se destacar ABC paulista. O fato é que a produção de automóveis superou a produção de ônibus e caminhões. Desta forma, as ferrovias foram morrendo.

Brasília foi inaugurada em 1960, com projetos de Niemeyer e Lúcio Costa.

O Movimento Operário e a Organização Sindical

Surgiram algumas organizações paralelas à estrutura oficial. Em 1955, em São Paulo foi estabelecido o Pacto de Unidade Intersindical, ou seja, da união dos sindicatos. Este pacto, todavia, foi dissolvido em 1957. No Rio foi criado o Pacto de Unidade e Ação, uma frente de ferroviários, marítimos e portuários. Este preparou caminho para a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que iria desempenhar um papel relevante nas greves do período Goulart. Nessa época, o sindicalismo não se firmou nas indústrias de ponta (automobilística). Esse fato pareceu-se explicar por dois fatores básicos. De um lado, pela tradição de

enraizamento do movimento sindical, sobretudo dos comunistas, na área das empresas ligadas ao Estado. De outro, pela desorientação dos velhos dirigentes sindicais diante das novas técnicas de relações de trabalho implantada pelas empresas multinacionais, atraindo os trabalhadores com benefícios e a esperança de promoções.

Os sindicatos aos poucos foram se politizando. Isso significava que eles deveriam apoiar a corrente nacionalista e as propostas de reformas sociais – as chamadas reformas de base –, entre as quais se incluía a reforma agrária. Em 1960, ocorre a greve pela paridade de vencimentos, os “pelegos” se voltaram contra o movimento. Por fim, as reivindicações dos grevistas foram atendidas.

As Dificuldades do Governo

As duas principais dificuldades do governo neste período foram nas áreas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de BSB acabaram aumentando cada vez mais o déficit do orçamento federal. Deste modo, o Balanço de Pagamentos se desequilibrou a partir de 1957. O quadro inflacionário também se complicou a partir de 1959. De forma geral, os problemas econômicos do período são conseqüências dos seguintes fatores: gastos governamentais com a construção de BSB e para atender a aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo Congresso; a queda dos termos de intercâmbio; a compra de café através de emissão de papel-moeda para sustentar os preços em declínio; o crédito fácil concedido ao setor privado.

O governo lançou um Plano de Estabilização de modo a combater a inflação e o déficit público. Este plano gerou fortes reações contrárias. No clima político da época, o programa de estabilização vinha associado a suspeitas de “arranjos com o imperialismo”. Ao mesmo tempo, qualquer plano dessa natureza importava no início em restrições adicionais. De fato, nenhum setor trocaria perdas por estabilidade, além do que a inflação em si era boa para alguns setores, tais quais o comércio e o de financiamentos.

O Choque com o FMI

Criado em 1946, o FMI buscava a cooperação monetária internacional, a expansão do comércio internacional, a estabilidade cambial, dando assistência às BP de países em dificuldades. O FMI funciona como intermediador de crédito, dando sinal verde ou vermelho para empréstimos. A política financeira do FMI é ortodoxa. Ou seja, ele incentiva a diminuição do déficit público e aumento da receita do Estado, bem como prevê acabar com o câmbio diferenciado. Essas medidas costumam levar à recessão e desemprego, conseqüências negativas que o FMI não considera seu objetivo, mas males necessário e temporários para um país alcançar o equilíbrio financeiro e retomar o crescimento.

JK consultou o FMI sobre o Plano de Estabilização, mas as decisões se estenderam demais e o governo já estava no fim de mandato. Um acordo com o órgão era visto com bons olhos pela UDN, mas mesmo que JK optasse por esse caminho não poderia contar com o apoio político da oposição. Dessas circunstâncias resultou a ruptura do governo com o FMI.

A Sucessão Presidencial

Na sucessão de JK, lançaram-se 3 candidatos. Jânio Quadros pelo PTN, com apoio de Lacerda. Ademar de Barros, pelo PSP. Por fim, o General Lott pela coligação PDS e PTB. A UDNI ficou inicialmente hesitante entre lançar candidato próprio ou apoiar Jânio. Jânio criticava a corrupção e a desordem financeira. Era caricato e performático. A UDN acabou por apoiá-lo. Em termos eleitorais, a participação de votantes vinha crescendo significativamente (1945 5,9 mi; 1950 7,9 mi; 1955 8,6 mi; 1960 11,7 mi). Jânio venceu com 48% dos votos e Jango foi eleito vice novamente.

O Governo Jânio Quadros

Pela primeira vez um presidente toma posse em BSB. Logo no começo de seu mandato Jânio toma medidas desconcertantes. Proíbe o lança perfumes, o biquíni e a rinha. Tomava medidas que agradavam à esquerda e os conservadores. Desta forma, desagradava ambos.

Política Externa

Em 1959 havia ocorrido a Revolução Cubana. No ano seguinte, Jânio visitou Cuba e condecorou Che. Isso significava na visão de Jânio, uma Política Externa Independente.

Política Financeira

O governo de Jânio herdou um déficit do BP de 410 milhões de dólares e uma dívida externa de 3, 8 bilhões de dólares. O déficit orçamentário superava os 100 bilhões de cruzeiros e a inflação atingia a casa dos 30% a.a. A saída adotada pelo governo foi um pacote ortodoxo, que consistia na forte desvalorização cambial, na contenção dos gastos públicos e na expansão monetária. Os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que provocou a elevação de 100% nos preços dos pães e dos combustíveis. O governo conseguiu novos empréstimos com o apoio do governo Kennedy.

A Renúncia

O governo de Jânio não tinha apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso, a UDN se sentia ignorada. A Política Externa Independente era temerária, da mesma forma que uma possível reforma agrária. Com este quadro desfavorável, Jânio renuncia em agosto de 1961. A renúncia não chegou a ser esclarecida. Segundo ele, “forças terríveis” o levaram à renúncia. Fato porém é que Jânio buscava mais força. Este ato levou ao desastre político. A disputa por poder começou.

A Sucessão de Jânio

João Goulart estava em visita à China quando da renúncia de Jânio. Os ministros militares vetaram a volta de Jango por razões de segurança nacional. Outros militares e Leonel Brizola iniciaram a batalha pela legalidade. O congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e João Goulart tomou posse, como poderes diminuídos, a 7 de setembro de 1961. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, o parlamentarismo não poderia durar muito, como de fato não durou.

O Governo de João Goulart

As Ligas Camponesas

Elas eram órfãs da política populista. Competiam em importância com o grande crescimento urbano e a industrialização. A discussão era a relação entre a cidade e o campo. Por um lado, estava a visão da necessidade da cidade do campo. Por outro lado, estava a submissão do campo à cidade. Dos movimentos rurais da época, o mais importante era a Liga de Francisco Julião. Ele acreditava que era mais viável atrair os camponeses do que os assalariados rurais para um movimento social significativo. As Ligas, formadas pela população rural proprietária e não pelo povão, buscava defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do “cambão”, pelo qual o colono deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. As Ligas teriam sedes no meio urbano. Justificava essa estratégia a partir da convicção de que na grande cidade estavam as classes e grupos aliados dos camponeses – os

operários, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia – e havia aí uma justiça menos reacionária. A questão crucial era as expulsões da terra.

Em novembro de 1961, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. No encontro, as ligas e os comunistas se dividiram. Enquanto os líderes das Ligas sustentavam que a primeira demanda da gente do campo deveria ser a expropriação de terras sem indenização prévia, os comunistas preferiam se concentrar nos objetivos de promover a sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista ao campo. Em 1963, foi adotado o Estatuto do Trabalhador Rural. A lei instituiu a carteira profissional para o trabalhador do campo, regulou a duração do trabalho e a observância do salário mínimo e previu direitos como o repouso semanal e férias remuneradas.

Os Estudantes (UNE- radicalizando propostas de transformação social)

A Igreja Católica – a Igreja, a partir dos anos 1950, começa a se voltar mais para as camadas populares. Algumas alas da Igreja se tornaram menos anti-comunistas, o que gerou a reação dos ultra-conservadores. A Juventude Universitária Católica (JUC) adotou posições mais socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica. Da JUC nasceu a Ação Popular (AP) de 1962. A AP participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do governo militar em 1964.

Reformas de Base e o Movimento Operário

O grande desafio de Jango era articular interesses dos nacionalistas das Forças Armadas mais os interesses dos intelectuais, da classe operária organizada e a burguesia industrial. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas reformas de base.

As Reformas de Base incluíam: 1) Reforma política, com amplitude maior de eleitores, ou seja, previa-se a inclusão de patentes mais baixas das forças armadas e os analfabetos; 2) Reforma Urbana, que previa a geração de condições para que os inquilinos comprassem as casas alugadas por eles; 3) Reforma Agrária, com a instituição do dispositivo constitucional de desapropriação por utilidade pública com indenização. Ainda, previa-se a intervenção mais ampla do Estado na economia, com mais nacionalizações e maior controle sobre as remessas de lucro. Além disso, buscava-se a extensão do monopólio da Petrobrás. Obviamente, todas as reformas sofriam resistência de diversos setores. A burguesia “abandonou” o governo. Neste contexto a CGT (1962) e as organizações paralelas passaram a apoiar o governo. Suas reivindicações se tornaram, todavia, mais políticas e menos “operárias”.

Passaram a acontecer muitas greves. Três fatores devem ser assinalados com relação aos movimentos grevistas: 1) o número de greves aumentou bastante; 2) as paralisações tenderam a se concentrar no setor público; 3) especialmente, elas se deslocaram de SP para outras regiões do país. O crescimento das greves indicava o avanço da mobilização social. Para alguns setores nacionais, o governo estava se “abrindo” aos dirigentes sindicais.

A Política

O avanço do PTB colocava em risco a aliança com o PSD. Além disso, o PTB era um partido mais homogêneo que o resto. PSD e UDN declinavam significativamente. No PTB formou-se o “grupo compacto”, sustentando uma linha nacionalista agressiva e medidas concretas de reforma social. Na UDN, surgia a “bossa nova”, próxima a três governadores eleitos. Na convenção nacional da UDN, realizada em 1963, o deputado José Aparecido apresentou o manifesto dessa tendência favorável às reformas agrária, tributária, bancária e urbana; à política externa independente; à democratização do ensino; à consolidação de BSB; ao

monopólio estatal do petróleo; à Eletrobrás; e ao plano financeiro do governo – o Plano Trienal. Entretanto, a maioria udenista se aproximou da corrente militar inimiga de Jango.

Ocorreu também, uma ruptura na esquerda, decorrente sobretudo de fatos ocorridos na União Soviética, onde o stalinismo entrou em crise, a partir da divulgação do relatório Kruschov. O PC do B passou a adotar uma linha mais próxima das chinesa e albanesa. Surgiram ainda dois novos atores políticos: Frente Parlamentar Nacionalista e a Ação Democrática Parlamentar.

As Forças Armadas

Houve dentro das Forças Armadas uma reação à Revolução Cubana. Foi estabelecida, no seio da ESG, a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Golbery do Couto e Silva, um dos “cabeças” da ESG, era preciso criar uma associação entre civis e militares. Esta seria função da ESG. “Só um movimento armado poria fim à anarquia populista”.

O Período Parlamentarista

Jango começou a governar com poderes restringidos. A maioria dos ministérios estava sobre o controle do PSD. No início, Jango foi moderado procurando mostrar repulsa aos comunistas. Em 1965, haveria um plebiscito sobre a forma de governo. Nos meios ligados a Goulart, começou uma campanha pela antecipação da consulta popular. Acreditava-se que o presidencialismo venceria e que isso era importante para estabilizar o país. Existia a convicção de que presidente com maior soma de poderes poderia estabilizar o país e promover as reformas de base. A cúpula militar em sua maioria inclinava-se também para um Poder Executivo fortalecido. San Tiago Dantas foi indicado para 1º. Ministro. A Câmara rejeitou. Surgiu então o nome de Auro Andrade (presidente do Senado), o que gerou uma greve política. Afinal, o Congresso aprovou para chefiar o ministério a indicação de Brochado Rocha. Coube a ele propor e obter do Congresso a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963.

A Volta do Presidencialismo

1963, dos 12,3 milhões de votantes, 9,5 milhões votaram não ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com Jango na chefia do governo. O ministério por ele escolhido era bem indicativo de sua estratégia. Buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros com seriedade através de figuras da chamada “esquerda positiva”, como era o caso de San Tiago, no Ministério da Fazenda, e do ministro do Planejamento Celso Furtado.

O Plano Trienal

Com inflações de 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962, o Plano Trienal vinha como forma de estabelecer o crescimento econômico com combate à inflação e reformas sociais. O Plano Trienal, portanto, previa reforma agrária, reformas no setor administrativo e fiscal, diminuição nos gastos públicos (mas não nos investimentos), obtenção de recursos por meio de cortes de subsídios e não por emissão de moeda, aumento de imposto para aqueles de renda mais alta e acerto da dívida externa. Houve novamente falta de apoio de diversos setores da sociedade. A economia estava em ruínas. A radicalização do governo cresceu, ao mesmo tempo em que o sindicalismo rural crescia e se fortalecia, promovendo várias invasões de terra. Jango estava abatido e vacilante.

A Gestão do Golpe de 1964

Brizola se tornou ferrenho crítico à falta de pulso de Jango. Nos meios militares crescia a conspiração golpista (“intervenção defensiva”). A essência da ideologia golpista era: só uma revolução purificaria a democracia,

pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. Jango tomou um caminho que passava pela adoção de medidas excepcionais. Quando Jango tentou a decretação do estado de sítio por 30 dias, isso gerou suspeitas.

Em 1963, ocorreu a “Greve dos 700 Mil”, que conseguiu um aumento de 80% nos salários (logo corrido pela inflação). Ao mesmo tempo, Jango tentava fazer as reformas de base por meio de decretos. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciar as reformas. O primeiro grande comício foi marcado para o dia 13 de março no RJ. Ele ficou conhecido como o “comício da Central”. As bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PC, as faixas que exigiam a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores. Jango assinou na ocasião 2 decretos: o que desapropriava refinarias não controladas pela Petrobrás e o decreto Supra, que desapropriaria propriedades sub-utilizadas. O presidente revelou também que estava em preparo a reforma urbana – um espantinho para a classe média temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas.

O Golpe de 1964

A reação às medidas de Jango foi a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, que envolveu 500 mil pessoas. Uma conspiração na marinha por patentes baixas, não reprimida pelo governo, gerou revolta na cúpula militar. O Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar.

Em 31 de março forças de Juiz de Fora são deslocada para o RJ. Em 1º. De abril, fica vago o cargo de presidente da República. Jango e Brizola, este último tentando articular a resistência, acabam se exilando no Uruguai. É certo que a maioria da oficialidade preferia, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional, mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem, e a desordem justificava a intervenção.

A grande massa dos assalariados, fustigada pela inflação, praticamente ignorou a ordem de greve geral decretada pelo CGT. De qualquer forma, uma mobilização operária pouco poderia obter de prático a não ser que as Forças Armadas se dividissem, o que não aconteceu. Desse modo, embora fosse expressivo o avanço dos movimentos sociais no país, politicamente Jango ficou suspenso no ar.

O Regime Militar (1964-1985)

AI-1 9 de abril de 1964

Manteve a constituição de 1946 com algumas modificações. O congresso continuaria funcionando mas com limites. Este ato visava reforçar o poder do Executivo. Os projetos apresentados por este, se não fossem questionados no congresso, seriam aprovados por decurso de prazo. Somente ao presidente caberia projetos de lei que aumentassem as despesas públicas. Com o ato, ficou suspensa a imunidade parlamentar, bem como permitiu a suspensão de direitos políticos por até 10 anos. Também, previa a suspensão, por expurgos, da vitalidade dos magistrados e instaurou os Inquéritos Policiais Militares (IPM). Foi neste período que se iniciou a perseguição (imprensa ainda esteve relativamente livre e existia o *habeas corpus*), com expurgos de juizes e cassação de mandatos parlamentares. Em relação à tortura foi sobretudo graças às denúncias do jornal carioca Correio da Manhã que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo então do chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. A investigação foi arquivada por “insuficiência de provas”, mas de qualquer forma a tortura deixou de ser uma prática

sistemática. Fechou-se a UNE e os estudantes foram caçados. Caça também aos sindicatos e às Ligas Camponesas. Governadores também foram cassados.

Em 1964, foi criado o SNI. O SNI tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.

O Governo Castelo Branco – Votação indireta do congresso (1964-67). Roberto Campos se tornou ministro do Planejamento. O objetivo do governo era estabelecer uma “democracia restringida” depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o com um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Era necessário controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade; promover uma reforma do aparelho do Estado.

O PAEG – os objetivos do PAEG eram: diminuição do déficit público (o governo controlaria); contrair crédito privado e comprimir salários; aumentar a arrecadação de impostos; diminuição dos subsídios do trigo e do petróleo; aumentar os serviços elétricos e telefônicos. O governo adotou medidas que impedissem greve ao mesmo tempo em que acabou com a estabilidade após 10 anos de CLT. O FGTS substituiu a estabilidade. O FGTS tinha problemas todavia. Além de ser corroído pela correção monetária abaixo da inflação e pelo não-recolhimento de parcelas, o dinheiro do fundo não compensa a perda da garantia da estabilidade. O Estatuto da Terra, que seria implementado em 1964, ficou “no papel”.

Começou uma campanha de exportação ao mesmo tempo em que se implementou uma lei que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros. O PIB nacional voltou a crescer após 1966. O problema crítico da dívida externa pode ser provisoriamente resolvidos, graças ao sinal verde do FMI e à maciça ajuda do governo através da Aliança para o Progresso, inaugurada pelo presidente Kennedy.

A Política

Muitos governadores de “oposição” venceram em 1965. A linha-dura do exército não gostou. Daí foram instituídos os AI-2 e AI-3. O AI-2 estabelecia que a eleição para presidente seria feita pelo Congresso, em sessão pública e com votação nominal. Também ficou estabelecido a extinção dos demais partidos políticos, sobrando somente a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O AI-3 estabelecia a eleição indireta dos governadores.

AI-4 (1966) e a Constituição de 1967

A Constituição de 1967 ampliava o poder do executivo mas não manteve as cassações e perdas de direitos políticos.

O Governo Costa e Silva (1967)

O governo Costa e Silva concentrava as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários que estavam insatisfeitos com a aproximação com os EUA e as facilidades concedidas ao capital estrangeiro.

A Oposição se articula

A oposição foi composta ou re-composta pela UNE, pela Frente Ampla (composta por Jango, JK e Lacerda), bem como por Dom Hélder Câmara. 1968 foi um ano complicado. Ano da passeata dos “Cem Mil” e do início da luta armada no país. Duas greves agressivas (Contagem e Osasco) terminaram com uma repressão violenta por parte do governo.

Início da Luta Armada

Debray e o ideal da revolução (Focoísmo); Marighella e a Aliança de Libertação Nacional (ALN). Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Marighella rompeu com o partido e formou a ALN. A AP já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com forte presença de militares de esquerda. Surgiram as “expropriações” e começaram os atentados à bomba. Com a negativa do congresso de suspender as imunidades garantidas na constituição de 1967, o governo baixou o AI-5, fechando o Congresso.

O AI-5 (1968-1979)

Estabelecia o poder de fechar o Congresso, nomear interventores nos governos estaduais, cassar mandatos e suspender direitos políticos, suspender o hábeas corpus por crimes contra a segurança nacional e a ordem econômica e social, a censura aos meios de comunicação. A tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. A partir de 1969, as ações armadas se multiplicaram (Capitão Carlos Lamarca e o VPR). Com o derrame de Costa e Silva, baixou-se o AI-12 e se instaurou a Junta Militar.

A Junta Militar

Após a onda de seqüestros de membros do corpo diplomático estrangeiro, com mais repercussão para o norte-americano, o governo intensificou a repressão. Através do AI-13, a junta criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Estabeleceu-se pelo AI-14 a pena de morte para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”. A pena de morte nunca foi formalmente aplicada. Porém, a tortura seguida de morte aumentou significativamente. Foram estabelecidos o Departamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Na área econômica, houve expansão do crédito, diminuição da inflação, recuperação industrial e aumento da construção civil através do Banco Nacional de Habitação (BNH). No biênio 1968/69, o crescimento foi de 11,2 e 10% ao ano. Este período ficou conhecido como período do Milagre Econômico.

O Governo Médici

Médici foi chefe do SNI. No governo Médici, Geisel seria Ministro do Exército e Delfim estaria novamente na pasta da Fazenda. Leito de Abreu ficaria como ministro da Casa Civil.

O Declínio da Luta Armada

A eficácia na repressão por parte do governo fez com que os grupos armados se isolassem da população. Marighella foi morto em 1969, Lamarca em 1971. A guerrilha do Araguaia, que se estabeleceu entre 1970 e 1971, acabou em 1975. Fato é que o próprio Milagre Econômico diminuiu a rejeição ao governo. Desta forma, a Arena crescia enquanto o MDB declinava. Outra “arma” do governo era a propaganda. Se em 1960 somente 9,5% das casas tinham televisão, em 1970, esta percentagem era de 40%. Neste período surgiu a TV Globo, o slogan do Brasil como grande potência, o “Pra Frente Brasil” e a Copa de 1970. Ou seja, era um clima de euforia crescente.

O Milagre Brasileiro

Entre os anos de 1969 e 1973, a taxa de crescimento elevou-se e a inflação declinou. A questão crucial era a ampla disponibilidade de recursos no âmbito global. Foi um período de tomada de muitos empréstimo e um afluxo de capital estrangeiro intenso. Também, foi um período de ampliação do crédito ao consumidor e

expansão do comércio exterior, com diversificação da pauta de exportações (ver, por exemplo, o caso da soja). O café diminuiu sua participação no período (15% entre 1972-75). Outro fator a ser destacado é o do aumento da capacidade de arrecadar tributos por parte do governo. Na política de Delfim, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos, isenção de tributos aos exportadores etc. Muitos setores da grande indústria, dos serviços e da agricultura que gritam contra os gastos e a intromissão do Estado na economia beneficiariam-se largamente da ação do Estado naquelas anos.

Pontos fracos do milagre: excessiva dependência do sistema financeiro e comércio internacional; Aumento da dependência do petróleo; bolo cresceu mas de forma mal distribuída; favoreceu-se a acumulação de capital; os salários foram comprimidos apesar de ter havido mais acesso ao trabalho; programas sociais “morreram” (saúde, educação e habitação).

O Governo Geisel (1974-1978)

Geisel tinha sido presidente da Petrobrás e não era da linha dura. Na época, o MDB lançou a candidatura de Ulysses Guimarães e a campanha das eleições diretas e contra a supressão das liberdades e a concentração de renda. A emenda no. 1 da Constituição de 1967 modificou a forma de escolha do presidente da República. Previu-se a criação do Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas. Geisel foi o primeiro presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral.

O Início da Abertura e a Eleição de 1974

Este governo foi marcado pelo princípio da distensão. Houve avanços e recuos. Os militares queriam que a abertura fosse gradual e que se estabelecesse uma democracia conservadora. Golberri volta à cena como mentor da distensão. Porque Geisel e Golberri decidiram promover a liberalização do regime? Teria sido ela fruto de pressões da oposição? A Igreja Católica e a oposição se fortaleceram um pouco mas o maior problema do governo era interno, ou seja, havia distorções hierárquicas no âmbito das Forças Armadas. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha-dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis”.

A “abertura” política nas eleições legislativas de 1974 foi um golpe para o governo. Da soma de votos válidos para o Senado, em um total de 25 milhões, o MDB obteve cerca de 15, ou seja, quase 60%. Conquistou 16 das 22 cadeiras. A Arena, no entanto, continuou a ser majoritária, pois apenas parte do Senado foi renovada em 1974. Para a Câmara Federal, na contagem geral de votos a Arena superou o MDB por pequena maioria. O MDB crescia assustadoramente. É importante observar que o MDB ganhou nos grandes centros urbanos e nos Estados mais desenvolvidos, onde a independência do eleitor era maior.

Em 1975, foram tomadas medidas liberalizantes com aumento da repressão. Foi neste período, entretanto, que começou a briga entre o governo e a linha-dura. O caso Herzog foi emblemático em 1975, bem como o do metalúrgico Manuel Fiel Fialho em 1976. A Igreja, a OAB e a população se mostravam cada vez mais descontentes. O governo passou a pressionar os linha-dura e houve uma diminuição das torturas no DOI-CODI. Mesmo assim, em 1977, houve choque dos estudantes com a polícia do governo na PUC, resultando em alguns feridos.

O “Pacote de Abril”

Para evitar uma nova “derrota” nas eleições, como nas de 1974, em 1976 o governo lançou a medida batizada de “Lei Falcão”. Nas eleições municipais, os partidos poderiam apresentar no rádio e na televisão apenas o nome, número e currículo dos candidatos e uma fotografia destes no caso da televisão. Embora a Lei Falcão atingisse em princípio tanto a Arena quanto o MDB, era o partido da oposição o grande

prejudicado. Ele perdia uma oportunidade única para divulgar suas idéias. Mesmo assim, o MDB foi o grande vencedor.

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas. O “pacote” foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. O presidente, em resposta, colocou o Congresso em recesso e, a partir daí, emendou a Constituição e baixou vários decretos-lei. Entre as medidas estava a figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônico foram “fabricados” por eleição indireta de um colégio eleitoras, organizado de forma a tornar muito difícil a vitória da oposição. O critério de representação proporcional nas eleições à Câmara foi alterado, de modo a favorecer os Estados do NE. Estes passaram a eleger proporcionalmente maior número de representantes do que os Estados do Centro-Sul. O mandato do presidente passou de 5 para 6 anos.

Em 1979, a Emenda Constitucional no. 11 pôs fim ao AI-5. Porém, criou algumas ressalvas ou salvaguardas, pelas quais o Poder Executivo poderia decretar Estado de Emergência e medidas de emergência. As última poderiam ser tomadas para restabelecer a ordem pública e a paz social em locais determinados, atingidos por calamidades ou graves perturbações. Haveria uma maior liberdade e menor controle da imprensa, ainda que o poder político estava com o governo por meio da Arena.

A Política Econômica

O Choque do Petróleo em 1973 foi extremamente prejudicial ao país pois importava-se 80% do produto. Foi estabelecido o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O II PND buscava completar o processo de substituição de importações instalado há décadas no país, mudando seu conteúdo. Já não se tratava de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no terreno dos insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes e etc.) e da indústria de bens de capital. A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois propunha-se o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi Itaipu. O II PND tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Também promovia investimentos gigantescos nas empresas estatais tais como Eletrobrás, Petrobrás, Embratel e outras. Fato é que houve uma campanha pelo excessivo intervencionismo do Estado, especialmente por parte de empresários, mas isso não alterou o foco do governo. A conjuntura internacional também não contribuía. Com uma poupança interna baixa, para o país continuar crescendo seria necessário capital estrangeiro, logo, a dívida externa, tanto pública quanto privada, aumentaram.

Os juros da dívida no período ficaram exorbitantes. Inclusive, a grande maioria destes juros eram flexíveis ou flutuantes (a política dos EUA para se salvar das crises de 73 e 79 arrebataram com o Brasil). No fim de 1978, a dívida era de quase 44 bilhões. O pagamento de juros prejudicava ainda mais o BP. O governo gastava recursos em projetos dispendiosos, mas administrados e de longo e duvidoso retorno. Até que houve um aumento do PIB, todavia, a inflação também aumentou, bem como as dívidas externa e interna e os empréstimos. A medida de indexação de salários desagradava os trabalhadores.

Os Movimentos Sociais

O regime militar reprimiu as direções sindicais mas não os desmantelou. Houve até um aumento no número de sindicatos rurais, que trabalhavam em consonância com a Igreja e a Comissão Pastoral da Terra. Eles lutavam por terra propriamente dita e pela extensão ao campo dos direitos trabalhistas. Também surgiram os sindicatos de “colarinho branco”, ou seja, dos profissionais liberais. O movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com novo ímpeto e novas feições. O movimento sindical se tornava independente do Estado. Alguns, com destaque ao da indústria automobilística no ABC, se tornava cada vez mais representativo. O novo sindicalismo uniu Igreja, lideranças operárias e advogados sindicais. Ocorreram grandes greves em

1978 e 1979 dos metalúrgicos sobre a liderança de Lula. Em 1979, 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve. As reivindicações em geral giravam em torno de aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica e liberdades democráticas.

O Governo Figueiredo

Figueiredo era um ex-chefe do SNI e também combateria a linha-dura. Seu governo é marcado ainda pela ampliação do processo de abertura e do aprofundamento da crise econômica. Por isso, seu foco foi a economia.

Os Problemas Econômicos

Simonsen tentou impor uma política de restrições. Esta sofreu uma restrição de vários setores. Delfim, o "homem do milagre", assumiu o ministério do planejamento. O Novo Choque do Petróleo fez com que os empréstimos se tornassem ainda mais difíceis. O BP estava comprometido e com taxas de juros internacionais aumentando, o problema se tornou ainda pior. Houve, no governo Figueiredo, uma diminuição dos investimentos nas estatais e um aumento da taxa de juros interna. O investimento privado declinou e a recessão atingiu forte o país. Em 1981, o PIB foi negativo e o desemprego aumentando. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável, como, por exemplo, os eletrodomésticos e de bens de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país. Entre 1981 e 1982 a inflação atingiu 100% ao ano combinada com a estagnação econômica. Esse fenômeno é conhecido como estagflação. Em 1982 com a moratória mexicana, os empréstimos internacionais se tornaram impossíveis. Em 1983, em troca de uma modesta ajuda financeira e da tentativa de restaurar sua credibilidade internacional, o país aceitou a receita do FMI (corte de despesas e compressão salarial). No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Nesse clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida – o rescalonamento – nem taxas mais favoráveis de juros, como fizeram com o México.

A partir de 1984, a economia se reativou, puxada principalmente pelo crescimento das exportações, com destaque para os produtos industrializados. A queda do preço do petróleo fez com que este não pesasse tanto no conjunto das importações. Além disso, houve redução da importação de petróleo e outros produtos, graças aos investimentos realizados a partir do II PND. Mas a inflação continuava subindo e chegou a 223% ao ano em 1984. A inflação se acelerara de 40,8% em 1978 para 223,8% em 1984. No mesmo período, a dívida externa subiu de USD 43,05 bilhões para USD 91 bilhões.

Continuação da abertura política

O governo concedeu a anistia e a volta dos exilados ao país. Os linha-dura, entretanto, continuaram agindo (bombas, seqüestros e o atentado ao Rio-Centro 1981).

As modificações eleitorais e políticas

Em 1979 foi criada a nova lei orgânica dos partidos. O MDB e ARENA foram extintos em seus lugares surgiram o PMDB e o PDS. Todavia, a oposição foi rachando. Surgiu o PT, associado ao sindicalismo do ABC paulista. Brizola constituiu o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Surgiu ainda o PTB da sobrinha-neta de Getúlio Vargas e o Partido Popular de Tancredo Neves e Magalhães Pinto.

No que concerne ao sindicalismo havia dois grandes grupos. De um lado estava o Lula e os sindicalistas agressivos, de outro, estavam "os sindicalistas de resultado". Esta última corrente defendia a necessidade de limitar a ação sindical à luta que não pusessem em risco o processo de abertura. Surgiu a Central Única dos

Trabalhadores (CUT) em 1983 e de uma cisão da CUT surgiu a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1986.

As eleições de 1982

O governo criou o mecanismo do voto vinculado, ou seja, vota-se num partido só. O voto em candidatos de partidos diferentes seria considerado nulo. Percebendo suas escassas possibilidades eleitorais, agravadas com a criação do voto vinculado, o PP resolveu dissolver-se e se incorporar ao PMDB. Foi restabelecido o voto direto para governador, algo extinto em 1965. No Senado a maioria absoluta ficou com o PDS, antigo ARENA, mas na Câmara não. Em SP, o PMDB elegeu Franco Montoro; em MG, Tancredo Neves; no Paraná, José Richa; no RJ, Brizola (PDT) conseguiu eleger-se. Ou seja, a oposição ganhou governos relevantes, mas o PDS ainda tinha a maioria.

A campanha das “Diretas Já”

As eleições diretas dependiam de alteração constitucional com 2/3 do Congresso. Esta campanha começou em 1983. Em 1984, o PMDB inicia uma campanha com Ulysses Guimarães à frente. Um comício em SP levou milhares de pessoas às ruas. A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira. Ela foi votada sob grande expectativa popular. A emenda não passou e houve frustração popular generalizada.

As eleições indiretas

A rejeição das eleições diretas para presidente provocou uma grande frustração popular. A batalha sucessória ficou-se no colégio eleitoral. Surgiram 3 candidatos governamentais (PDS): Aureliano Chaves, Mário Andreazza e Paulo Maluf. Aureliano retira sua candidatura e passa a trabalhar na organização de uma dissidência com nome de Frente Liberal que deu origem a um novo partido, o PFL. Paulo Maluf, portanto, se tornou candidato do governo. O PMDB se uniu ao PFL na constituição da Aliança Democrática, lançando Tancredo Neves como candidato à presidência e José Sarney como vice. Sarney era rejeitado pelo PMDB, mas este acabou cedendo. Com a vitória da chapa Tancredo/Sarney a oposição enfim chegava ao poder.

Caracterização Geral do Regime Militar

O Regime Militar se caracterizava pela associação entre militares e uma burocracia técnica de Estado; pelo autoritarismo; pela rejeição ao populismo; pela forte presença do Estado na atividade econômica e; pelo desenvolvimento associado. Os empréstimos externo e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro, tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico. Esse modelo – chamado desenvolvimento associado – privilegiou as grandes empresas, certamente as multinacionais, mas também as nacionais, tanto públicas como privadas.

A Morte de Tancredo Neves (21 de abril de 1985)

Completa-se a transição

Governo Sarney (1985-1989)

Sarney começou governando nomeando o ministério escolhido por Tancredo. Do ângulo político, as atenções se fixavam em dois pontos: na revogação das leis que vinha do regime militar, o chamado “entulho autoritário”; na eleição de uma Assembléia Constituinte encarregada de elaborar uma nova constituição. No governo Sarney, o SNI foi mantido. Em 1985, restabeleceu-se eleições diretas para a presidência, direito de voto dos analfabetos e legalização de todos os partidos, inclusive o PCB e o PC do B. Em 1986, houve eleições para o Congresso e os governos dos estados.

A política econômica

Quando Sarney assumiu o governo, em 1985, o quadro econômico era menos grave do que em anos anteriores. Houve a queda das importações e o aumento das exportações o que gerava uma balança comercial superavitária. Além disso, o Brasil acumulava reservas que chegavam a USD 9 bilhões no fim de 1984. Havia assim, folga para negociar com os credores externos. Mas o problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como o da inflação que chegou a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985. A saída seria o corte de 10% de orçamento da União e o congelamento de contratos e empréstimos. Seu objetivo final era chegar a um ponto em que o Estado não dependesse mais do que arrecadava e não tivesse de recorrer à emissão de papel moeda e à empréstimos de curto prazo para tapar os buracos. Brigas políticas, o imobilismo presidencial e o fantasma da hiperinflação atrapalhavam o governo. Dois outros problemas econômicos se agregavam a isto: a indexação da economia e a inflação inercial. Em uma economia indexada como a do Brasil, a inflação passada ficava embutida na futura, como inflação inercial. A indexação da economia significava que os preços das mercadorias e dos serviços variam de acordo com um índice de inflação e não segundo as regras da oferta e da procura. Desse modo, se em um determinado mês apurou-se uma inflação de 20% os vários agentes econômicos trabalham com a expectativa de que haverá pelo menos a mesma taxa de inflação no mês seguinte e já repassam o aumento aos produtos. Estaria assim formado um círculo vicioso do qual só seria possível sair quebrando-se o mecanismo da indexação. A quebra só poderia ser eficaz através de uma terapia de choque que acabaria com a correção monetária e estabeleceria uma nova moeda forte em substituição ao desmoralizado cruzeiro.

O Plano Cruzado (1986)

O Cruzeiro seria substituído por uma nova moeda forte (cruzado) na proporção de 1.000 por 1. A indexação foi abolida; os preços (fiscais do Sarney) e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis por um ano; reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses mais um abono de 8%. Além disso, empregadores e empregados poderiam negociar livremente aumentos adicionais de salário, desde que não fossem repassados aos preços. O problema do período foi a corrida ao consumo visto que os preços estavam congelados. Em consequência, começou a surgir o ágio, uma quantia cobrada “por fora”, acima do preço da tabela. Com o objetivo de reduzir o consumo e incentivar os investimentos, Sarney anunciou um pacote de medidas conhecido como cruzadinho. Ele atingia principalmente o consumo da classe média pois instituiu um empréstimo compulsório na compra de carros de gasolina e álcool, de dólares para viagem e passagens aéreas ao exterior. A moeda nacional se fortalecera, embora artificialmente, sem a contrapartida das exportações e do ingresso de capital estrangeiro. Houve ainda um desequilíbrio das contas externas por causa do aumento das importações. Os aumentos adiados de tarifas públicas e impostos indiretos explodiram a inflação. A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em fevereiro de 1987. A moratória chamada de “técnica” e não de “política” foi recebida com indiferença, tanto no país como no exterior. À euforia do Plano Cruzado seguia-se um clima de decepção e desconfiança por parte da população quanto aos rumos da economia. Outros planos, menos espetaculares, seriam tentados no governo Sarney: O Plano Bresser e o Plano Verão.

As eleições de 1986

Todos os governos, menos o de Sergipe, eram do PMDB. O PMDB ainda obteve a maioria absoluta no Congresso.

A Assembléia Nacional Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte reuniu-se em 1987 e terminou os trabalhos em 1988. Foi promulgada a nova Constituição. Esta estendia os direitos sociais e políticos em geral e às minorias. Foram criados,

também, direitos e deveres coletivos, e outros como o hábeas data (pela qual o cidadão pode assegurar a obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros de entidades governamentais) e o direito dos indígenas. A CF/88 gerou problemas pois, descentralizou muito os recursos, sobrecarregou a previdência social, e gerou excesso de estabilidade do funcionalismo público. Em 1993, foi realizado um plebiscito onde o povo deveria optar pelo Presidencialismo ou Parlamentarismo, pela República ou pela Monarquia, conforme previsto na CF/88.

A transição avaliada “Lenta, gradual e segura”

Muitas figuras do antigo regime permaneceram, bem como a corrupção e o clientelismo marcam a história política do Brasil.

Principais mudanças ocorridas no Brasil entre 1950 e 1980

População

1950: 51,9 milhões de pessoas

1990: 146,1 milhões de pessoas, sendo:

- 59,8 milhões mulheres e 59,1 milhões homens)

- 54,2% brancos, 38,8% de mulatos

A partir dos anos 70 houve uma redução da taxa de fecundidade em razão dos métodos contraceptivos e da esterilização. Também diminuiu-se a taxa de mortalidade e aumentou-se a expectativa de vida.

Distribuição regional da população: a forte migração de nordestinos para o Centro-Sul resultou de um lado do ímpeto da industrialização e, de outro, das dramáticas secas que atingiram o Nordeste. Em números absolutos, MG, foi o estado de onde saiu nesse período (60 e 70) a maior quantidade de pessoas. O grande salto migratório se deu entre 1950 e 1960, quando mais de 900 mil pessoas se dirigiram para o Paraná para trabalhar como assalariados no campo. O deslocamento da população para o Centro-oeste e Noroeste do país se deu pela construção de Brasília. Goiás e Mato Grosso receberam vários migrantes em razão da criação de gado de corte e plantio de soja, além disso, surgiram médias e pequenas propriedades dedicadas à produção de grãos como milho e arroz. Na região Noroeste, o estado de Rondônia representou outro pólo de atração (110 mil em 1970 e 1,1 milhão em 1990).

Urbanização: em 1980, 51,5% da população já vivia em cidades.

Economia

A PEA nos anos 50 trabalhava predominantemente no setor primário (59,9%). Nos anos 80 a PEA trabalha predominantemente no setor terciário (36,64%).

Agricultura e agroindústria: em 1950, o café representava 63,9% das exportações. Em 1980, o índice foi de 12,3%. Outros produtos como a soja, a laranja e a cana expandiram. Instalaram-se agroindústrias em vários setores ocorrendo uma forte tendência à oligopolização, desta forma, menos trabalhadores são necessários à produção. Colonos ou moradores desapareceram, surgindo em seu lugar os bóias-frias. O surgimento de favelas em cidades, deve-se em grande parte à formação desse contingente pobre de trabalhadores. As reivindicações do campo são pela posse de terra, por melhores salários, por pagamentos de horas extras e por registros em carteira. Em 1980, os minifúndios representavam 50,4% do número de estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,5% da área total de terras. No outro extremo os latifúndios constituíam apenas 0,1% dos estabelecimentos, mas detinham 16,4% da área total de terras. Os governos militares abandonaram a perspectiva de ampliar a demanda através da maior capacidade de consumo da população pobre, também, a reforma agrária se tornou algo secundário. A massa de produtores pobres ou miseráveis continua a ser

enorme. Em 1975, cerca de 3,64 milhões de estabelecimentos agrícolas ou 73% do total, cultivavam a terra sem o uso do arado, fosse ele mecânico ou de tração animal. A mesma proporção de famílias rurais (73%) tinha uma renda monetária per capita de metade de um salário mínimo ou menos, em 1980.

Industrialização: o Brasil é um país semi-industrializado. Segundo dados de 1985, 4/5 das necessidades de bens de capital eram atendidas localmente. A industrialização brasileira pode ser dividida em seis fases: 1. processo de substituição de importações de bens de consumo não duráveis e duráveis leves – esta fase vai do fim da segunda guerra mundial até meados dos anos 50; 2. indústria de bens de capital e de insumos básicos foram criada (aço, petróleo, metais não ferrosos, celulose, papel, química pesada) estendeu-se de meados dos anos 50 ao começo dos 60; 3. estagnação - entre 1963 a 1967; 4. milagre – 1969 a 1973; 5. segundo PND do Governo Geisel – 1974 a início de 1980; 6. recessão - 1981 a 1992. Em 1991, das 15 maiores empresas privadas por vendas no Brasil, somente duas tinham controle acionário brasileiro (Varig e C. R. Almeida).

Indicadores sociais

Educação: em 1950, 53,9% dos homens e 60,6% das mulheres eram analfabetos. Em 1980, 34,9% dos homens e 35,2% das mulheres. Em 1987, 25,8% dos homens e 26% das mulheres. No Brasil, o crescimento educacional foi de cima (universidade) para baixo (1º grau) e não o contrário, o normal. O Ensino Público ficou cada vez pior, o acesso às universidades (currículo oculto) se tornou bastante difícil. Dos anos 50 para cá, o ensino superior privado bem crescendo enormemente.

Outros indicadores: A esperança de vida cresceu significativamente entre 1950 e 1980, passando de 45,9 para 60 anos. No Sul, a expectativa média de vida em 1950 era 53,3 anos e em 1980 de 66,9. No Nordeste, o índice correspondia em 1950, a 38,6 anos e em 1980 a 51,5 anos. A taxa de mortalidade infantil também declinou de 130 mortes a cada mil em 1950 para 86 em 1980. Houve também um aumento significativo do mercado informal. O maior problema nacional é a desequilibrada distribuição de renda, seja por regiões ou por gênero. No país, chegou-se a ter inclusive diferença salarial entre homens e mulheres e/ou entre regiões para o mesmo tipo de trabalho, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A nova ordem mundial e o Brasil

Nos últimos 30 anos houve a transferência das grandes empresas para o 3º mundo (“internacionalização do processo produtivo”). Ao mesmo tempo, começaram a ser criados grandes espaços econômicos com tendência a romper as velhas fronteiras. Como parte desse processo, o mundo atravessou e ainda atravessa uma revolução tecnológica que deixou para trás a Revolução Industrial. O centro decisório se dispersou por várias nações ou grupos de nações; a potência militarmente dominante (EUA) passou a dividir o poder econômico com a Alemanha, o Japão e a CEE. Ao mesmo tempo, nos últimos anos da década de 80 e nos primeiros anos 90 ocorreu a derrocada do Leste Europeu. Assiste-se ainda o processo de urbanização desenfreada, a falência da previdência, a luta dos sem-terra, os problemas ambientais, corrupção e violência.